

Campus

Jornal-laboratório do
Departamento
de Comunicação da UnB
Números 77 e 78
2ª quinzena
Junho de 1985



Luiza Venturelli

**Fernando Lyra: a Nova
República está dando certo**

(Página 13)

**Os 21 anos da Comunicação
estão no encarte especial**

CRISTÓVAM
**A aventura de
reconstruir a UnB**
(Páginas 8 e 9)

O Pacto da Mediocridade

Mário Cesar Rosa

É muito comum tachar a juventude de alienada e inerte. Dentre as asserções mais usuais para explicar este fenômeno encontram-se, por exemplo, "os vinte anos de noite autoritária implantados pelo golpe de 64", ou a falta de propensão natural dos jovens de se inteirarem da realidade que os cerca. A Universidade de Brasília, composta majoritariamente por jovens, não é uma exceção, e as causas do despreparo de seus estudantes são muitas, como a exiguidade de recursos financeiros e humanos. No entanto, estes fatores não são suficientes para satisfazer o apetite de uma análise mais criteriosa. Existe uma outra variável, que informalmente poderíamos chamar de pacto da mediocridade.

O pacto da mediocridade poderia ser definido como uma espécie de acordo celebrado tacitamente entre alunos e mestres, consistindo no seguinte: não me cobre que eu não te cubro! Desta feita, professores e estudantes se desincumbem do cumprimento de suas funções, conduzindo a criação acadêmica e a prática do discernimento num compasso moroso e improdutivo. Não é à toa que esta universidade é tão pouco respeitada como instituição de ensino e os profissionais dela saídos relegados ao ostracismo do desemprego no mercado de trabalho.

Evidentemente, como até já ressaltai, há condicionantes externas que não podemos desconsiderar. O esvaziamento da Universidade no Brasil, a crise econômica, a atuação perniciososa dos meios de comunicação, induzindo ao emperramento do senso crítico, são incontestáveis.

Não obstante, é também irrefutável que professores e alunos têm um rendimento bem aquém do que os compromissos éticos determinam, e, mais do que isto, impõem. Ora, do corpo discente muito se tem falado, o mesmo não ocorrendo com o corpo docente. Este, pela melhor formação dos membros que o compõem, não deveria incorrer em erro tão degradante e perigoso. A falha de nossos docentes assume

gravidade muito mais relevante do que a nossa, sem com isto, é claro, nos redimir.

Seria profundamente injusto afirmar que inexistam professores capacitados e dispostos na Universidade de Brasília. Aliás, a existência de bons professores ao invés de diminuir a complexidade da questão, a ressaltaria, pois se professores exercem responsabilmente suas funções, os que não o fazem, em nenhuma desculpa têm respaldo.

A ditadura dos "picaretas" precisa acabar. A Universidade tem um compromisso bem explícito com o meio social, e a persistência de maus docentes a coloca em uma trajetória diametralmente oposta à que lhe foi traçada. O pacto da mediocridade decorre, principalmente, do fato de uma parcela de professores haver transformado a Educação não em um fim, mas sim em um meio, um meio de subsistência e de promoção social.

A proporção de bons alunos atinge quase o mesmo nível da de professores, só que professores incompetentes e pouco esforçados, além de erro, apresentam-se como séria incoerência. Professores foram feitos para acirrar e não para arrefecer. Desnecessário é querer justificar a inépcia com sofismas do tipo "o antigo Reitor não propiciava condições". Se os professores fossem apáticos como se pretendem teríamos ainda o magnífico senhor Geraldo Avila. A realidade é que o senhor Azevedo já abandonou o seu apartamento funcional da 111 Sul, a UnB acabou de conquistar uma eleição democrática e muitos de nossos professores continuam lecionando mal como na ditadura.

A democracia pressupõe o uso concatenado do espírito crítico. Se professores há que, com sua inação, restringem a nossa capacidade de discernimento, estes são antidemocráticos, autânticos repressores, merecendo o mesmo destino de nosso antigo Capitão-Reitor: a prancha. Chega de pacto e de letargia. Precisamos de desordem e de vida.

Brizola: herói ou bandido?

Amneres Pereira

Falem mal, mas falem de mim! Com Maluf não deu Certo, mas o governador leonel Brizola, ainda assim, parece apostar na eficácia do ditado e, por incríveis façanhas, consegue estar, diariamente, em todos os jornais do País. Dono de uma palavra farta e de uns olhos brilhantes como só têm os loucos ou os poetas, Brizola constitui-se hoje no mais sério candidato à presidência do Brasil.

Amado por uns: "é o último líder incontestavelmente popular, de compromisso e de raiz populares, vivo nesse País" (Sérgio Lomba/PDT), odiado por outros: "O PDT, na verdade, não vai incorporar um 'S'. Aquele 'S' não é de socialismo, é de '\$'. Brizola está querendo bater a carteira da Internacional Socialista" (Sebastião Nery/exPDT), temido por quase todos, o formador do chamado Grupo dos 11 consegue constantemente surpreender, como quando elegeu Juruna e Agnaldo Timóteo e quando, agora, lança a candidatura de Elizabeth Teixeira, esposa do líder campo-

nês Pedro Teixeira, assassinado pela Ditadura.

Para o deputado Sebastião Nery, que acaba de trocar o PDT pela legenda do PMDB Brizola não passa de um autoritário, um caudilho, munido de um projeto que visa a implantar uma nova ditadura de direita no Brasil. Segundo o parlamentar, dos 150 brasileiros, exilados e não exilados, que fundaram, com Brizola, o Partido Socialista em Lisboa, não restam nem 50, por terem percebido que a finalidade do caudilho não era um partido, mas um escritório eleitoral com a função de elegê-lo Governador e Presidente. Já Sérgio Lomba, fechado com o PDT, acha que as grandes responsáveis por toda a campanha a que assistimos contra Brizola são as forças antinacionais que, hoje, identificam-no como o seu principal inimigo. E acrescenta: "Chamam o Governador de centralizador, de antidemocrático, quando, na verdade, ele é apenas um administrador atuante, ativo, ciente de suas responsabilidades e que, por isso, quer saber, efetivamente, de tudo

o que acontece no Estado do Rio de Janeiro. Esses elementos que o criticam tão violentamente, são os mesmos elementos que se acumpliciaram com as multinacionais, que fizeram o Golpe de 64 e que se beneficiaram desse sistema que emprobecou o País".

Nas últimas semanas o nome de Leonel Brizola tem soado ainda mais doce nas páginas do noticiário brasileiro. O impasse em torno do metrô carioca, a saída tempestuosa de membros do PDT, como recentemente a de Sebastião Nery, as novas possíveis adesões ao partido, como as de Tarcisio Buriti (PDS/PB) e Freitas Nobre (ex-PMDB/SP) e o Congresso para a formação do Partido Socialista, que realizou-se nos dias 14, 15 e 16 de junho, no Rio de Janeiro, são alguns dos acontecimentos que o colocam em evidência. Atropelado ou atropelando, o fato é que Brizola avança a cada dia na consolidação da legenda que encabeça e parece estar cada vez mais próximo de Brasília e da cadeira do Planalto.

A Grande Farsa

Ana Paula Araripe

Primeiro nos fizeram acreditar em Papai-Noel, fadas e príncipes encantados. Como se isso não bastasse, nos fizeram crer que a Nova República traria, de fato, as mudanças sociais e políticas que o País tanto ansiava.

A fraude de deputados na votação dos dois turnos para eleições municipais na Câmara veio não só desmoralizar ainda mais o político brasileiro, como também desmontar a grande farsa da "Nova República".

Quando o presidente Tancredo Neves lançou as bases de sua campanha, prometeu acabar com a corrupção e punir os atores que ensaiassem esse ato. Parece que falhou em sua missão.

com a corrupção e punir os atores que ensaiassem esse ato. Parece que falhou em sua missão.

A imagem do Congresso e dos políticos, afetada por denúncias de empreguismos, desperdícios, ausência em plenário, descaso com a opinião pública, é agora mais uma vez prejudicada com a fraude.

Com o advento de um novo estilo de encenação, esperávamos ter não só uma mudança na embalagem, como também no conteúdo. E certo que os gabietes foram abertos, mas continuam sendo habitados por velhos cacl-

Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB

Editor Geral: Prof. Carlos Augusto Setti

Chefe de Reportagem: Luiz Gonzaga Motta

Editora de Arte: Profª Maria Rita Leal

Editora de Fotografia: Profª Luiza Venturelli

Editores: José Murilo Milhomem e Wilfrida Natali (UnB); Ana Cristina Batista, Carmen Simaan e Kátia dos Santos (Comunidade); Luciano Suassuna e Ulisses Lacava (Nacional); Adalberto Passos (Internacional); Edna Cristina, Mônica Ferreira e Rosane Carneiro (Cultura); Afonso Cozzolino, Carlos Augusto Dutra, Carmen Montenegro e Rejane Pretti (Ciência); Edna Cristina (Opinião).

Repórteres: Alessandro Galvão; Ana Paula Araripe;

Ana Paula de Souza; Amneres Pereira; Carlos André de Freitas; Catarina Guerra; Cláudia Rangel; Cláudi Ferreira; Cyntia Rosa; Eliamara Rocha;

Fabricio Marques, Flávio Silveira; Ida Pietricovsky; Idhelene Macedo; Ivan Brscan; Joyce Russi; Juarez Libaino; Maria Aparecida de Oliveira; Marina Godoi; Mario César Rosa; Nara do Carmo Ferreira; Nicolau El-Moor; Nina Cláudia Vale;

Rosani Aparecida Frutuoso; Rudolfo Lago; Suzanne Sobral; Vinicius Zambrotti Dória; Zella de Freitas Silva.

Diagramação: Catarina Guerra

Fotografia: Nicolau El-Moor e Ulisses Lacava

Laboratorista: Jeová Xangô

Ilustrações: Flávio Silveira, Edson Fogaça, Pedro e Adriano Valle



Nicolau El-Moor



Alguns cabos eleitorais pegaram o caminho errado na complicada via que levava à eleição do reitor. Não respeitaram as placas e os sinais que apontavam para o bom senso político e a educação cívica. Fizaram uma tamanha confusão no trânsito que ainda estão perdidos até hoje. (Rudolfo Lago)



Safra nova no mercado

Sinal dos tempos:

O grupo de formandos do Departamento de Comunicação deste semestre preparou uma novidade para registrar o evento: o convite de formatura terá aparência de uma página de classificados de jornal, onde, ao invés de carros ou casas, serão oferecidos

os serviços dos novos profissionais, que se colocam disponíveis para preencher as possíveis vagas do mercado de trabalho.

A esperança é a última que morre, enquanto o emprego não vem. (Ulisses Lacava)

Atenção, empresários da comunicação! Está saindo uma leva de competentes profissionais para atuarem no mercado. Além de conhecerem a fundo as técnicas de redação jornalística, e as regras fundamentais da fofoca, datilografam muito bem. Trata-se dos formandos em comunicação da UnB, "uma equipe a serviço da comunidade". Não é isso que vocês querem? (Adalberto Passos)

Ulisses Lacava



Lia, a grande surpresa das eleições



Laéllo preferiu o "santinho"



Márcio: campanha tranqüila garante o 6º lugar

Vitória dependeu da campanha

Vários fatores determinaram o resultado final das eleições para Reitor na UnB. Dentro eles, a campanha eleitoral de cada candidato foi de grande importância. Não foi pela quantidade de cartazes espalhados pelas paredes, nem pelo número de panfletos distribuídos de mão em mão que os reitoráveis conquistaram mais votos. Mas, sem dúvida, a competência e o estilo das campanhas eleitorais tiveram grande influência na decisão dos que votaram.

A começar pela campanha do vencedor, Cristóvam Buarque, que se valeu muito mais da participação nos debates e bate-papos informais do que de fotos e promessas. O candidato trabalhou muito. Procurou ser objetivo e discreto em sua campanha. Agradou tanto que atingiu um número elevadíssimo de votos entre professores, alunos e funcionários.

O professor Danilo Borges voltou sua atenção para os funcionários. No primeiro turno, sua modesta campanha funcionou, mas no segundo, com a distribuição de centenas de cartazes pelo campus e mesmo pelo Plano Piloto, ele passou a ser identificado como um candidato "rico". Sua campanha, aberta ou discretamente, sugeria que se votasse em apenas um nome: o dele. Era o chamado voto único. Este artifício gerou uma grande antipatia do eleitorado e resultou numa perda de 201 votos entre os funcionários no segundo turno.

João Todorov, a não ser nos debates, falou muito pouco durante a campanha. Preferiu trabalhar sério e calado, distribuindo, ele mesmo às vezes, o a propaganda. Carregou o tempo todo a bandeira do "voto em seis nomes", o que fez com que seu número de votos, do 1º para o 2º turno, praticamente dobrasse.

Lia Zanotta foi a grande surpresa da eleição. No 1º turno, declarou que tinha começado sua campanha um pouco tarde e poderia não se sair muito bem. Só que conseguiu o sexto lugar e partiu pra luta no segundo turno. Encheu de amarelo as paredes da Universidade e passou do quase anônimo para o surpreendente 3º lugar na lista sêxtupla.

A campanha do professor Márcio Villas Boas foi tranqüila. Circulando pelos corredores da UnB, Márcio se mostrou simples e pouco pretensioso. Na eleição do primeiro turno, não foram vistos muitos cartazes com seu nome

mas no segundo, Villas Boas não perdeu tempo e espalhou um programa bem detalhado pela UnB. Conseguiu o sexto lugar na lista sêxtupla.

Ibanez lutou mais pelos outros do que por sua candidatura. Foi tão ético, que chegou a fazer campanha sugerindo outros seis nomes (o dele era o sétimo). Distribuiu alguns folhetos dizendo que não prometia nada, mas se comprometia com a efetiva participação da comunidade no futuro da UnB.

Elbio começou bem sua campanha, prometendo pouco sem radicalismos. Não concordou em apoiar a campanha dos seis nomes da ADUnB e acabou prejudicado. Fez uma campanha tão em cima do muro que caiu da 10ª para a 11ª colocação. Seus cartazes, delicadamente pintados à mão, exaltavam os compromissos do candidato: democracia e competência.

João Evangelista foi fundo em sua campanha no 1º turno. Entre a sua propaganda, uma se destacava por imitar o título de um filme de um outro reitorável, Wladimir de Carvalho. A frase era: "O Evangelho segundo Evangelista". Poucos, porém, se mantiveram fiéis até o fim. Perdeu votos no 2º turno. Se Evangelista tivesse mantido sua campanha no ritmo de passeata que tanto marcou seu nome na primeira eleição, poderia ter melhorado suas chances no 2º turno. Prometia revolucionar a Universidade e acabou assustando os mais conservadores.

Lauro Campos praticamente não fez campanha. Seu nome quase sempre constava das pequenas listas de sugestões de boca de urna. Quase não foi visto durante o período eleitoral. Pra não dizer que, não fez propaganda, uma cartolina pintada a pincel atômico foi visto no Minhocão Centro pregando "a socialização da Universidade".

O professor Cid Lopes foi um dos primeiros a começar a campanha eleitoral, com a distribuição de panfletos e alguns cartazes. Sua plataforma era formal e pouco convincente, e seu nome ficou apagado. Apesar disso, sua campanha foi suficiente para colocá-lo na disputa do segundo turno.

Acioly, Bugarin e Wladimir não fizeram campanha. Entraram na disputa e se acomodaram diante de suas poucas chances. Jorge Antunes, que no ano passado or-

ganizou uma orquestra de buzinas, conseguiu fazer um grande barulho no primeiro turno das eleições. Suas promessas foram tão altas que chegaram à construção de creches e à introdução de um colégio de 1º e 2º Graus dentro da Universidade. Interessante... Só que espantou muita gente que estava atrás de um candidato de planos mais coerentes com a crise por que passamos.

Volney Garrafa foi um dos candidatos mais falados nos dois turnos. Participou ativamente da campanha e trabalhou para que

os eleitores votassem em seis nomes. Com um discurso mais contundente, empolgou uma parcela definida da comunidade mas atingiu o seu limite no 1º turno. No 2º, caiu de terceiro para o quinto lugar. Sua plataforma o caracterizava mais como um atuante membro da ADUnB, do que como um candidato a reitor propriamente dito.

O professor José Carlos Coutinho ficou entre os seis mais votados no primeiro turno, mas se esqueceu de fazer campanha para o segundo. Dormiu no ponto, e cedeu seu lugar na lista ao profes-

sor Villas Boas. Se tivesse feito uma campanha mais forte, certamente conseguiria uma excelente colocação.

O ex-professor Laéllo Ladeira fez uma campanha típica de candidato a prefeito de cidade do interior. No 1º turno, circulou pela Universidade, de terno, distribuindo cumprimentos, sorrisos e centenas de calendários. Sua campanha não deu muito certo e ele acabou em último lugar entre os dezesseite inscitos. Como prêmio de consolação, foi indicada a exercer a Superintendência da Caesb.

A dança dos votos

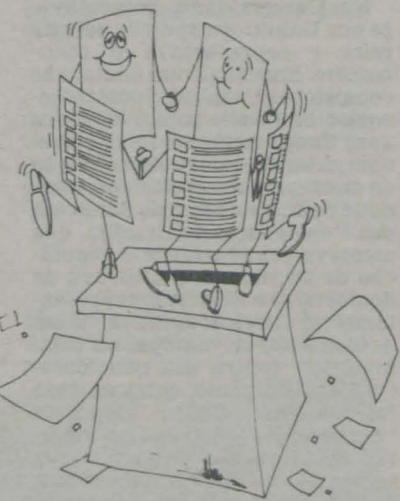
Entre os dois turnos da eleição para Reitor, houve um intervalo de apenas cinco dias. Este tempo foi suficiente para mudar a sorte de algumas candidaturas e estabilizar a situação de outras. A "dança dos votos" é a variação dos resultados de cada candidato de um turno para o outro. Tentaremos explicar esta "dança", candidato por candidato.

Cristóvam Buarque — Foi o mais votado no 1º turno e ainda conseguiu ampliar este resultado na segunda fase da eleição, com o apoio dos funcionários. A campanha dos seis nomes ligados à ADUnB e o enfraquecimento da candidatura do seu principal adversário, o professor Danilo Borges, contribuíram decisivamente para a conquista de novos votos. O voto útil o beneficiou. Houve quem votasse em Cristóvam, mesmo não o considerando o candidato ideal, apenas para diminuir as chances de Danilo.

João Carlos Todorov — Entre os dois turnos, ascendeu da 4ª para a 2ª colocação, conseguindo quase o dobro dos votos. Fortaleceu-se com a campanha dos seis nomes da ADUnB, com a perda de força dos outros candidatos-decanos, Danilo e Elbio, e das limitações eleitorais de Volney Garrafa.

Lia Zanotta — Surpreendeu no 1º turno com um 6º lugar e ainda melhorou na fase seguinte, subindo para a 3ª posição. Conseguiu uma grande votação entre todos os setores da comunidade. Beneficiou-se da campanha dos seis nomes, de suas posições políticas nos tempos do autoritarismo e, principalmente, por sua condição de única mulher concorrente.

Danilo Sili Borges — No 1º turno, mobilizou os funcionários e as



alas mais conservadoras na campanha do voto único, conseguindo a 2ª colocação. Com as denúncias sobre o voto único e até de práticas pouco democráticas em sua campanha, Danilo perdeu muitos votos de funcionários para Cristóvam. A campanha dos seis nomes o enfraqueceu e o resultado foi uma queda da 2ª para 4ª posição.

Volney Garrafa — Tinha um eleitorado politicamente definido e jogou todo o seu cacife no 1º turno. Como não conseguiu conquistar novos segmentos, acabou ultrapassado pelos candidatos em ascensão: Todorov e Lia. Ainda assim, ampliou discretamente o número de votos. Por pouco não alcançou Danilo. Caiu da 3ª para a 5ª colocação.

Márcio Villas Boas — Conseguiu subir da 7ª para a 6ª posição por vários motivos: a campanha dos seis nomes, uma modesta, mas

eficiente campanha eleitoral no 2º turno e o desinteresse do candidato José Carlos Coutinho, que deixou escapar sua posição na lista sêxtupla.

José Carlos Coutinho — Alcançou a 5ª colocação no 1º turno, mas não fez campanha para o 2º. Sempre demonstrou não ter a ambição de chegar a Reitor. Colocava sua candidatura a serviço do processo democrático. Acabou em 7ª, fora da lista sêxtupla.

Antônio Ibanez — Manteve a 8ª colocação nos dois turnos. Apesar de ser um nome forte, não melhorou sua posição no 2º turno porque apoiou a lista dos seis nomes mais votados ligados à ADUnB. Não estava incluído nesta lista.

João Evangelista — Conservou a 9ª posição nos dois turnos. Era apoiado por uma parcela ideologicamente definida da comunidade. Não fez campanha para o 2º turno e perdeu votos. Só não caiu porque estava cercado de candidaturas fracas.

Lauro Campos — Em nenhum momento fez campanha. Subiu da 11ª para a 10ª posição pelo prestígio e respeito que detém junto a comunidade e pelo enfraquecimento da candidatura Elbio Gonzalez.

Elbio Gonzalez — Teve uma votação modesta no 1º turno. Apesar de ser ligado à ADUnB, não aceitou apoiar a lista dos seis nomes da entidade no 2º turno. Ganhou votos de funcionários e perdeu de professores e estudantes, com saldo negativo. Caiu da 10ª para a 11ª posição.

Cid Ferreira Lopes — Não fez campanha para o 2º turno e só manteve a posição porque não tinha como perder posições. Ainda assim teve uma votação regular e não passou vergonha na apuração.

18 de junho de 1985. Depois de 16 anos de intervenção, com um capitão de mar-e-guerra investido no cargo de Reitor, a Universidade de Brasília realizava um sonho que, tempos atrás, era mera utopia. Neste dia 18 de junho, iniciava-se o 1º turno da eleição direta para a escolha da lista de seis nomes, de onde sairá o novo reitor. E com participação paritária de professores, estudantes e funcionários. A UnB experimentava a democracia. Eram 17 candidatos, alguns fortes, outros sem muitas chances, que procuravam estar entre os doze mais votados que concorreriam ao 2º turno. Cada turno se daria em dois dias: o 1º, dias 18 e 19; e o 2º, dias 25 e 26.

O clima deste início de 1º turno, porém, não era dos mais animados. As 9h30min, com mais de uma hora do começo da eleição, o comparecimento às urnas era pequeno. A mesa de votação dos Departamentos de Química, Biologia e Psicologia ficava "escondida" dentro do Auditório da Biologia. Quando a reportagem do Campus perguntou por que as urnas não estavam nos corredores do Minhocão, o presidente da Mesa respondeu: "Se vocês quiserem levar lá para fora, assumam a direção da Mesa. Nós não vamos porque lá está muito frio". O clima, de fato, era frio e só depois das 10h, quando o sol esquentou, o comparecimento melhorou o bastante para se constatar que funcionários e professores votavam em peso, enquanto os estudantes, numa análise otimista, estavam deixando para o dia seguinte.

Enquanto isso, a maioria dos candidatos era vista pelo Minhocão, em campanha. Eles sabiam que a colocação no 1º turno definiria as chances para o 2º. Como o eleitor poderia votar em até seis nomes, os candidatos ligados à Associação dos Docentes, a ADUnB, faziam campanha também por seus companheiros. Isso já não acontecia com os reitoráveis "independentes". Já era possível observar as tendências do eleitorado, com o favoritismo do professor Cristóvam Buarque entre estudantes e professores, e do Decano de Administração e Finanças Danilo Borges entre os funcionários. Já os eleitores eram mais passionais em suas avaliações. Uma estudante, na entrada sul do Minhocão, garantindo estar bem informada, dizia que João Evangelista seria o mais votado e até fazia apostas neste sentido.

No dia seguinte, as suspeitas sobre o comparecimento às urnas se confirmaram. No meio da manhã, apenas a metade dos estudantes havia votado, enquanto algumas urnas de funcionários já eram lacradas, com 100% dos votos. Os professores também votavam em peso. As 20h, terminava o 1º turno. Os mesários deveriam levar as urnas para o Ginásio do Centro Olímpico, onde teria início a apuração. Quando as urnas chegaram, os responsáveis pela contagem dos votos ainda não estavam preparados. A conferência das cédulas, uma fase preliminar à contagem dos votos, só teve início às 21h15min. A apuração dos votos propriamente dita só começou às 22h15min.

A denúncia surgida antes da eleição de que o candidato e decano Danilo Borges fazia campanha pelo voto único pôde ser constatada na apuração. Uma parte considerável das cédulas dos funcionários continha o "X" em apenas um nome: o do professor Danilo. O artifício do voto em apenas um nome beneficiava um candidato por duas vezes: uma, pelo voto em si; e outra, por não se votar em nenhum adversário deste candidato. O Decano sabia que só tinha chances desta forma, já que o apoio de professores a seu nome não era grande e os estudantes praticamente o ignoravam.

Nesta estratégia, no entanto, nem tudo deu certo. Os funcionários não estavam coesos em relação ao voto único. Danilo, sem dúvida, foi o mais votado entre esta categoria, mas não conseguiu a margem necessária para ganhar a eleição como um todo. A vitória de Cristóvam entre os professores não se deu por larga margem e quem acabou decidindo a disputa foram os desmobilizados estudantes. Nesta categoria, Cristóvam conseguiu a fulminante vantagem de 2.500 votos sobre Danilo.

O resultado do 1º turno, que só saiu às 3h30min da madrugada foi o seguinte: em 1º, Cristóvam Buarque; em 2º, Danilo Borges; em 3º, Volney Garrafa; em 4º, João Cláudio Todorov; em 5º, José Carlos Coutinho; em 6º, Lia Zanotta; em 7º, Márcio Villas Boas; em 8º, Antônio Ibañez; em 9º, João Evangelista; em 10º, Elbio Gonzalez em 11º Lauro Campos; e, em 12º, Cid Ferreira Lopes. Os desclassificados no 1º turno foram: José Acioly, Wladimir de Carvalho, Jorge Antunes, João Geraldo Bugarin, e Laéllo Ladeira.

ADUnB CONTRA-ATACA

O apoio conservador tinha levado a candidatura Danilo Borges a uma privilegiada segunda colocação. Os setores mais progressistas da Universidade começaram a articular uma nova estratégia para o 2º turno. Para estes setores, era preciso denunciar o voto único e fortalecer as candidaturas ligadas à ADUnB. Esta Associação convocou uma reunião entre seus reitoráveis, de onde saiu a decisão de que todos fariam campanha para os seis nomes, ligados à entidade, que haviam sido mais votados no 1º turno. A lista da ADUnB era: Cristóvam Buarque, Volney Garrafa, João Todorov, José Carlos Coutinho, Lia Zanotta e Márcio Villas Boas. O único reitorável que não aceitou esta decisão foi o Decano de Assuntos Comunitários, Elbio Gonzales, que preferiu correr em rala própria.

Na Universidade, comentava-se que Danilo era apoiado pela direita e representava o continuismo. Surgiu até um boato, não comprovado, de um suposto encontro de Danilo com o ex-reitor José Carlos de Azevedo. O candidato reagiu, com a distribuição de uma carta à comunidade, assinada pelo presidente do Sindicato dos Engenheiros de Brasília, que atestava a integridade e reputação de Danilo e o qualificava de democrata e legítimo representante da Nova República, além de condenar a "campanha difamatória" contra sua candidatura. Paralelamente, outra medida foi tomada. Cabos eleitorais "persuasivos" distribuíam material de campanha dizendo frases como: "É mentira o que andam falando sobre ele" e se zangando com quem não quisesse ler a plataforma do candidato. Danilo ainda chegou a ameaçar uma denúncia, mas dististiu.

Na véspera do 2º turno, a ADUnB denuncia, em boletim, o rebaixamento do nível da campanha, ameaças de demissão e pressões por "alguns" cabos eleitorais, e exortava o eleitorado a votar sem medo, afirmando ser impossível a identificação dos votos.

SEGUNDO TURNO

O 2º turno começou marcado pelo aumento no rigor das mesas de votação. Para se votar, por decisão dos candidatos, passava a ser indispensável a apresentação de um documento de identidade. Isto pode ter causado a diminuição de 197 votos de estudantes em relação ao 1º turno. Logo no início da manhã, a Comissão dos Funcionários da FUB emitia uma nota de esclarecimento que repu-

diava "a forma como algumas pessoas tem utilizado deslealmente o nome dos funcionários sem consultá-los para expressar o seu medo e desespero em relação às mudanças que estão por vir". Aproveitava para conchamar todos os colegas funcionários a votarem em 6 nomes no 2º turno.

No primeiro dia de votação, o número de votantes surpreendeu e se chegou a pensar que o comparecimento às urnas ultrapassaria o do 1º turno, o que acabou não ocorrendo. A tranquilidade na votação só era quebrada pelo protesto dos eleitores impedidos de votar por não portarem documentos. No segundo dia, um estudante despertou atenção na mesa da Comunicação/Arquitetura/Urbanismo. Este eleitor demorou mais de 10 minutos dentro da cabine de votação e revelou, na saída, que havia escrito um poema no verso da cédula. Tinha votado em branco.

Pelas análises de boca de urna, Cristóvam era mesmo o favorito. A campanha do voto em seis nomes da ADUnB parecia ganhar simpatizantes, mas Danilo Borges continuava sendo um nome forte. As 20h, os mesários lacram as urnas. Estava encerrada a eleição direta para a escolha do Reitor. Para os candidatos, a sorte estava lançada. Restava só esperar a apuração.

APURAÇÃO

Um competente esquema de segurança aguardava a chegada das urnas. Um cordão de isolamento dividia ao meio o Ginásio do Centro Olímpico. Na metade onde seriam apurados os votos, a entrada só era permitida com o uso dos crachás emitidos pela COPEVE. Vigilantes guardavam o cordão de isolamento e se comunicavam com a segurança externa através de walkie-talkies. O movimento começa a aumentar às 20h30min. O 1º candidato a chegar é João Todorov. Uma charanga de funcionários da Biblioteca prometia animar a festa mas, a princípio, só se aventurou a tocar para a reportagem da TV Globo.

Exatamente às 20h40min, teve início a conferência das cédulas. O ginásio começa a se encher. Chegam personalidades da UnB, como o reitor em exercício Luis



Eleição começa fria mas termina em festa

Reportagem de Rudolfo Lago;

Fabrizio Marques
e Nara Ferreira

Otávio do Carmo, o presidente da ADUnB, José Carlos Teatini, o estudante Zolacir (preso por Newton Cruz na campanha das diretas) e quase todos os candidatos: O clima é de expectativa e tensão, apesar de alegre.

Em torno das 22h, tem início a contagem dos votos. O primeiro lote de votos é cor-de-rosa, seja, de estudantes. Os votos são anotados em mapas e digitados num terminal de computador. As 22h40min, o 1º resultado parcial é escrito no quadro-negro. Em 1º, Cristóvam; em 2º, Todorov, em 3º, Danilo; em 4º, Lia; em 5º, Volney; e em 6º, Villas Boas.

Prossegue a apuração, agora com votos azuis, de professores. O candidato Márcio Villas Boas cola uma propaganda com o nome Márcio em uma cadeira voltada para as mesas apuradoras. O papel é retirado pela segurança. Cristóvam e Danilo trocam idéias. Luis Otávio conversa animadamente com professores e candidatos. As 22h56min, é divulgado o 2º resultado parcial. Cristóvam continua na frente disparado. Nada se modifica em relação à primeira parcial. Logo depois é divulgado o terceiro resultado, com votos de professores e estudantes: tudo permanece como estava.

A apuração continua, agora com o voto dos funcionários. A expectativa é que a candidatura Danilo cresça. Na contagem, algumas surpresas. A candidata Lia recebe muitos votos entre os funcionários. Ao invés do voto único em Danilo, surge a dobradinha Danilo-Elbio. Cristóvam reverte a tendência do 1º turno e é o mais votado também entre os funcionários. A situação não se altera com o 4º resultado parcial. A diferença de votos entre Lia, a 4ª colocada, e Danilo, o 3º, diminui bastante.

Faltam ser apurados somente votos de estudantes. A candidatura Danilo está definitivamente enfraquecida e os estudantes comemoram. Presente no ginásio, o ator Roberto Bonfim, de passagem por Brasília. Meia-noite e meia antes da divulgação do próximo resultado, o candidato Danilo deixa discretamente o ginásio. Logo depois, sai o 5º resultado parcial. Cristóvam em 1º; Todorov em 2º; Lia em 3º; Danilo em 4º; Volney em 5º e Villas Boas em 6º. O resultado de cada candi-

dato é aplaudido, com exceção dos de Danilo e Elbio, que recebem sonoras vaias.

O clima já é de festa. Um vendedor de quantão fatura alto. A renda é em benefício da Associação dos Moradores do Alojamento Estudantil. A charanga toca a todo o vapor. Os fiscais e os mesários que vão encerrando os trabalhos não se contêm e arriscam passos de dança. Até os vigilantes requebram os joelhos. Meia-noite e 45 a última mesa apuradora termina a contagem dos votos. Emocionados, os mesários anunciam o final da apuração batendo palmas. Meia-noite e 50 sai o resultado. A lista sextupla a ser encaminhada ao presidente Sarney é a seguinte: Cristóvam Buarque, João Cláudio Todorov, Lia Zanotta, Danilo Borges, Volney Garrafa e Márcio Villas Boas. Os preteridos foram, nesta ordem: 7º, José Carlos Coutinho; em 8º, Antônio Ibañez; em 9º João Evangelista; em 10º, Lauro Campos; em 11º, Elbio Gonzales; e em 12º, Cid Ferreira Lopes.

Uma e dois, delírio no ginásio. Cristóvam é carregado até a arquibancada. O refrão, agora, uníssono, é "Fala Reitor" e não mais o conhecido "Fora Reitor" dos tempos de Azevedo. O virtual Reitor da UnB tenta falar, mas é impossível sem microfone. Alguns estudantes mais exaltados tentam seus próprios discursos, mas o "cala a boca" vem logo. No outro extremo do ginásio, o porta-voz anuncia oficialmente o resultado. E vaiado. Todos já sabiam e só queriam ouvir o novo Reitor.

Com a liberação da parte do ginásio ocupada pela apuração, Cristóvam é levado ao microfone. Faz seu discurso. Defende a ADUnB e reafirma sua plataforma de democracia e participação. Conclama os diversos segmentos da UnB a permanecerem mobilizados e diz que só desta forma o projeto da Nova Universidade dará certo. A charanga toca "Vai passar" e não há quem não dance. De uma conhecida melodia de circo, criou-se uma nova letra que diz: "O estudante já votou/O professor também votou/O funcionário já votou/E o Cristóvam é o Reitor".

Uma e trinta e cinco, fim da festa. Alegregamente, o ginásio se esvazia. A comemoração vai se dispersar pelos bares da cidade.

David Fleischer, o arquiteto do sistema eleitoral

As 7h30min do dia 18 de junho, as equipes que integravam a mesa receptora iniciaram os preparativos para as eleições do novo reitor da UnB. Neste horário, eles deveriam chegar ao CPD e pegar as urnas, o material de votação e a cabine, dando início ao criterioso esquema eleitoral arquitetado pelo cientista político e professor da UnB, David Fleischer.

O professor Fleischer montou um esquema que dá uma margem muito pequena a falhas. As mesas, além de contarem com um representante de cada categoria, dispunham ainda de um presidente, sempre um Chefe de Departamento. Esse presidente ficou responsável por uma mesa o mais longe possível do Departamento que chefia. Entre os representantes das categorias, o professor Fleischer aconselhou que professores recebessem votos de alunos; funcionários, os dos professores; e alunos, os de funcionários. Desta forma, dificultou-se a possibilidade do mesário permitir um voto irregular, pois ele tinha menor possibilidade de conhecer as pessoas que atendia.

Além disso, todos os mesários dispunham de crachás, confeccionados pela COPEVE. Qualquer substituição ou credenciamento de outros mesários só podia ser feita, mediante o consentimento do Presidente da Mesa Receptora. Cada categoria votou em cédulas de cores diferentes e pos seu voto na urna destinada à categoria.

A APURAÇÃO

Ao fim da eleição, imediatamente teve início a apuração. As mesas de apuração seguiam o mesmo esquema das mesas receptoras. Desta vez, no entanto, eram compostas de cinco membros, representando as três categorias.

Após o recebimento das urnas, a Comissão Supervisora da Consulta (este foi o nome dado à Comissão que organizou a eleição) abriu as urnas e as entregou às mesas apuradoras. A mesa examinava as atas de cada mesa receptora e verificava se havia alguma ocorrência registrada: cédulas não rubricadas, votos em separado, eleitores que votaram em envelopes por abono de alguma falha, cédulas em urnas erradas, etc. Depois disso, passou-se à conferência do número de cédulas, que tinha que corresponder ao número de assinaturas nas listas das categorias. Coube à mesa verificar também se todos os votos ti-

nham a rubrica do mesário receptor. A tolerância de diferença nestes dois itens era de dois por cento. Acima disso, a urna seria anulada.

Depois dessa conferência, as cédulas eram devolvidas e misturadas em três sacos de lona, um para cada categoria. Após isso, as cédulas voltavam ao mesário para serem apuradas. Cada mesa recebia um lote de cem votos e um mapa de apuração. Então, os lotes eram mandados para a mesa centralizadora, que passava os mapas para os digitadores iniciarem a soma do computador.

A AVALIAÇÃO DO PAI DA IDEIA

Todo esse sistema pode parecer complicado ou rigoroso, mas graças a ele, foi possível à UnB realizar a eleição num clima de relativa tranquilidade. Nenhum candidato pôde sequer suspeitar de qualquer fraude. Nenhuma urna foi anulada. Os derrotados não tiveram qualquer razão para esmernear.

Por tudo isso, o professor Fleischer estava empolgado na manhã de terça-feira, quando iniciava-se o segundo turno. Ele já tinha podido avaliar o seu sistema no primeiro turno e verificar que as falhas ocorridas poderiam ser facilmente consertadas. Na verdade, só o que havia emperrado "eram as engrenagens dos mesários, que ainda não tinham aprendido o aerúcio". No meio da apuração, no entanto, isso já tinha sido solucionado. Além disso, as urnas chegaram ao Ginásio do Centro Olímpico na mesma hora que os mesários, o que atrasou a apuração. No segundo turno, entretanto, a Comissão conseguiu que os mesários chegassem mais cedo. De fato, solucionados estes problemas, foi possível que a apuração do segundo turno terminasse que a do primeiro turnouma hora mais cedo.

Como cientista político, o professor Fleischer avalia esta eleição como algo muito importante não só para a UnB como para todo o País. Na UnB avalia Fleischer, qualquer candidato que venha a ser escolhido terá um imenso respaldo da comunidade, afinal, não é todo dia que eleições onde o voto é facultativo conseguem um comparecimento em média acima de 60%. "Para o governo Sarney", segundo o cientista político, "ter paz e tranquilidade na UnB é muito importante, ela que foi o calcanhar de Aquiles de vários governos anteriores". /Rudolfo LAGO, NARA FERREIRA E FABRICIO MARQUES).



"Pobres os políticos, com seus poderes podres", dizia o poema

Licença poética

O estudante Renato Afonso escreveu o seguinte poema em sua cédula de votação:

Creio-me criança
O homem morreu criança
E gostava de brincar
Caçava passarinho
Vendo, no ar, a dança,
Voava só em sonhar
Vivia e não sabia
Seguia a sorte para a morte
Seguia a sina que se lança
Brincando aprende as palavras
E as coisas que são coisas e nomes
Tanto gostou de aprender que fez

Um templo do saber universal
Ali todos eram aves e cristos,
Mas eram muitos e eram homens
Eles dividiram o templo em salas
E o saber se fez em cacos
O homem cresceu animal
Fez-se pai de outras crianças
E fez outros animais
(animais com almas más)
Em vez de brincar e aprender,
Ensinou, impôs e castigou
Pobres os políticos,
Pois, com poderes podres,
Pestes causando pus.

Enquanto isso...

- Ninguém conseguiu fazer a quina da lota dos reitoráveis, organizada pelo Centro Acadêmico de Economia. Quem chegou mais perto foi o Assessor do reitor eleito, Ivônio Barros Nunes, que acertou os cinco primeiros nomes. Como recompensa à sua façanha, Ivônio ganhou Cr\$ 81.000,00, metade da arrecadação (a outra metade ficou com o CA).

- Uma importante ausência foi detectada na lista de assinaturas de professores do Departamento de Física. O professor José Carlos Azevedo, atualmente de férias, não veio manifestar sua preferência sobre quem deveria sucedê-lo na reitoria.

- O reitor eleito Cristóvam Buarque esteve no último sábado na redação do Campus. Em animada conversa, o reitor assegurou seu apoio à profissionalização cada vez maior deste jornal.

- Segundo um dos mesários da Qui/Bio/Psi, os alunos destes departamentos não estavam muito preocupados em votar. "Aluno aqui, só no grito".

- Inexplicavelmente, votaram menos estudantes no segundo turno do que no primeiro.



No final da apuração, a batucada cristovista fez a festa.

A percentagem de votantes no primeiro turno foi de 68%, enquanto no segundo, caiu para 64%.

- Os funcionários cristovistas da Biblioteca levaram ao Ginásio do Centro Olímpico uma empolgante batucada que, após a certeza da vitória do seu candidato, não parou mais de tocar.

- Presença global na apuração do segundo turno. O ator Roberto Bonfim foi trazido ao

Ginásio por seus amigos, os professores da Comunicação, Geraldo e Malu Moraes. O ator declarou-se "Cristovista e antidanilista".

- Na primeira fase da eleição o professor Jorge Antunes, ao passar pela urna dos Departamentos de Comunicação e Arquitetura, foi questionado a respeito de sua participação no segundo turno. Sua resposta foi curta e objetiva: "Segundo turno? Vocês estão otimistas, hein?".

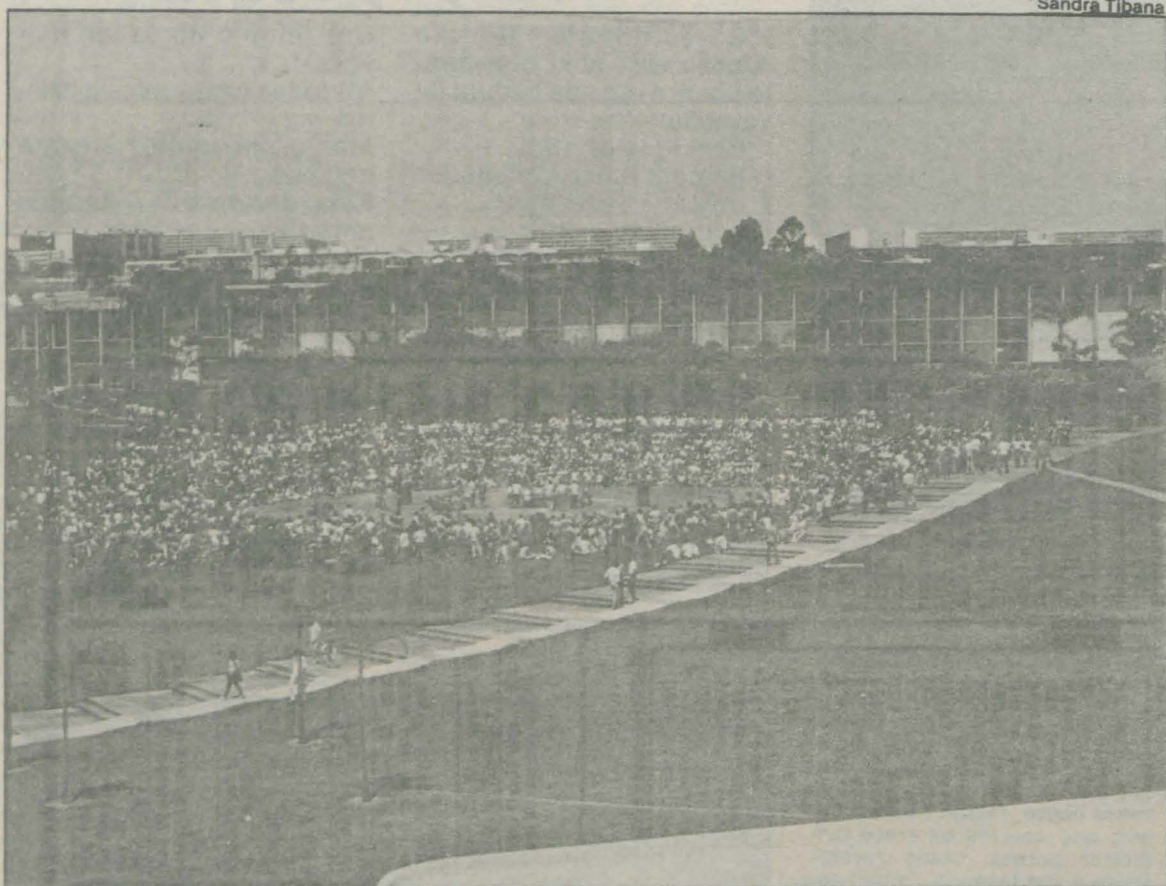


Dentro do engenhoso esquema montado por Fleischer, a presença da moderna tecnologia: um computador conta os votos dos candidatos

Na falta de uma mesa melhor, o candidato Bugarim usa as costas de um amigo para autorizar a entrada de um fiscal no recinto de apuração



UnB: 16 anos de resistência



Na calma da Capital Federal, paira a dureza do poder. Dentro da UnB, a comunidade resiste

Eleição põe fim ao pior autoritarismo

Depois de dezessete anos de intervenção, a comunidade da UnB voltou-se para um processo de sucessão que, desde o início, foi encaminhado com o respaldo dos três segmentos que compõem a Universidade: professores, alunos e funcionários.

A Lei nº 7.177 de dezembro de 1983, sancionada na gestão da ministra Esther de Figueiredo Ferraz, ajudou o movimento. Ele revigorou o disposto no artigo 16 da Lei 5.540, que exigia que os dirigentes de fundações de ensino superior, fossem nomeados pelo Presidente da República a partir de uma lista sextupla eleita por um Colégio Eleitoral Especial.

Com a modificação da legislação para a escolha dos reitores de fundações, a ADUnB iniciou o debate sobre como se daria o processo de eleição da lista sextupla pela comunidade. Os professores realizaram as prévias. Mais tarde, a ADUnB fez uma consulta aos mais votados sobre a disposição de assumirem a Reitoria. Um candidato destacou-se por enviar uma carta ao Presidente da Associação dos Docentes retirando seu nome da lista. Foi o professor Geraldo Avila.

Logo em seguida à prévia dos professores, em maio de 1984, realiza-se a eleição da lista sextupla com a participação também de estudantes. São escolhidos oito nomes. Os dois mais votados são os professores Dêrcio Garcia Munhos e Cristóvam Buarque, da Economia. O então reitor José Carlos Azevedo não respeitou a Lei 7.177 e deu sua interpretação: o Colégio Eleitoral deveria compor-se apenas do Conselho Diretor. Professores e alunos entraram em greve, na tentativa de forçar a aceitação da lista da comunidade. No Colégio Eleitoral, no entanto, o nome mais votado foi o do professor Geraldo Avila, apoiado pelo reitor Azevedo.

Em novembro de 1984, Tancredo Neves, candidato favorito à

Presidência da República, fez uma visita à UnB e firmou um compromisso de nomear aquele que a comunidade escolhesse em eleição direta. Com o compromisso firmado, a ADUnB intensifica seus contatos junto a políticos ligados a Tancredo Neves, onde pede apoio e chama sua atenção para a crise da Universidade. Além disso, pede a ministra Esther de Figueiredo que deixe o Reitor ser escolhido pelo futuro Presidente. A Ministra afirma que "considera seu dever fazer com que o presidente Figueiredo faça a nomeação antes de deixar seu cargo".

Tancredo Neves é eleito Presidente e renovam-se as esperanças de que o compromisso assumido seja reiterado. No apagar das luzes de seu governo, o então presidente Figueiredo nomeia, em 26 de fevereiro, o professor Geraldo Avila para Reitor da UnB. Professores voltam à greve mais uma vez e não se inicia o ano letivo de 85. Começa uma campanha pela renúncia do nome indicado.

As pressões continuam para que Avila renuncie. Ele ignora quaisquer tipos de pressão, toma posse e despacha normalmente. Porém, a crise toma proporções mais sérias e Avila começa, pouco depois, a admitir a sua renúncia por falta de respaldo, tanto da comunidade como do próprio Governo. Com a posse do ministro Marco Maciel e a nomeação do Secretário da Educação Superior, Gamaliel Herval como gestor da crise da UnB, fica claro que o Ministro não apóia Geraldo Avila. No dia seguinte Avila renuncia. O professor Luiz Otávio Moraes de Souza Carmo, vice-reitor de Azevedo é designado pelo MEC para exercer a Reitoria.

A greve chega ao fim. A Universidade volta à normalidade e prepara-se para eleger por via direta o seu reitor. Um Reitor que

se identifique com seus problemas. Segmentos até então a margem da comunidade, como os funcionários, organizam-se e iniciam reuniões para que o Conselho Universitário faça consultas antes da elaboração da lista sextupla. O Conselho aprova a consulta e o regulamento, ratificando exigências de professores, funcionários e alunos.

Fica estabelecido que as eleições seriam em dois turnos e que os doze primeiros mais votados no primeiro turno concorreriam ao segundo, de onde sairia a lista sextupla a ser encaminhada ao Presidente da República.

Finalmente, entre 18 a 26 de junho são realizados os dois turnos da eleição direta para o novo reitor da UnB. O candidato mais votado nos dois turnos foi Cristóvam Buarque. Falta agora, a ratificação dos nomes pelo Colégio Eleitoral e posteriormente, a indicação, pelo Presidente da República, do novo reitor. "Confiávamos na intenção da Nova República. Temos certeza que o Reitor contará com o respaldo dos três segmentos da comunidade, porque sempre batalhamos para que o reitor tivesse o respaldo interno e externo. Um reitor que a comunidade deposite total confiança". São palavras do professor João Carlos Teatini, presidente da ADUnB, que acrescenta: "A ADUnB nunca teve um candidato, nós nunca fomos e nem formamos nenhum partido político. Nós apoiamos o processo das diretas e desenvolvemos todos os esforços para que a eleição fosse limpa, aberta e em alto nível, tanto entre os candidatos quanto os setores que apoiavam esses candidatos, o que felizmente aconteceu. Uma parte, a primeira, foi conseguida, vamos lutar para que a segunda, que é a nomeação do mais votado, também seja. Espero que tudo dê certo". (Márcia Aparecida de Oliveira)

De 65 a 68, os estudantes lutam contra as reformas

A política repressiva dos governos pós-1964 desencadeou movimentos de vários setores sociais, entre eles o estudantil que atingiu o auge de sua mobilização em 68. Este movimento, que exerceu considerável pressão sobre o Estado, teve início em 1965 sendo uma consequência principalmente do quadro político da época.

No ano de 1966, o Governo Castello Branco celebrava vários acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development — USAID. Estes acordos que ficaram conhecidos como MEC-USAID tinham como objetivo principalmente aproximar o sistema universitário brasileiro do modelo adotado pelas universidades norte-americanas. Segundo o jornalista Hélio Doyle, participante do movimento estudantil brasileiro e atual presidente do Sindicato dos Jornalistas, os acordos MEC-USAID "mobilizaram os estudantes por serem profundamente negativos". Além disso, o Governo havia formado a Comissão Meira Matos para traçar os novos rumos da educação no Brasil. Num tentativa de protestar contra os atos arbitrários do Governo, o movimento começou a ganhar corpo e saiu às ruas.

Na Capital Federal, mais especificamente na UnB, o movimento transcorreu de forma bastante articulada e coesa. Na época, existiam os chamados Diretórios Acadêmicos, atuais CA's, que em sua maioria eram bastante ativos e ligados a partidos de esquerda. A nível central, a Federação dos Estudantes da UnB + FEUB — que estava sendo muito bem representado em suas gestões. Doyle ressalta que no ano de 67 o presidente era Honestino Guimarães que foi sucedido por José Antônio Prates, ambos líderes conhecidos do movimento.

Em toda a Universidade, o movimento se encontrava bastante mobilizado. Para Doyle, o nível de informação não era muito grande, mas o momento político propiciava a grande participação da comunidade universitária. "O movimento provocava uma reação muito mais emocional do que a nível de consciência. Era um tipo de combate à ditadura e instinto de defesa da universidade. Não havia propriamente uma consciência política formada", declara o jornalista.

A princípio, as manifestações eram realizadas através de comícios-relâmpagos, com o intuito de alertar a comunidade. Depois, com o fortalecimento do movimento, os estudantes organizaram assembleias, passeatas e comícios.

A medida em que o grau de mobilização estudantil foi crescendo, as invasões à UnB se tornaram uma constante. Durante as invasões foram realizadas várias prisões e torturas. Alguns alunos morreram, como o caso de um que recebeu um tiro na cabeça. Segundo Doyle, as formas de repressão eram feitas "na base do terrorismo". Policiais à paisana estavam permanentemente na universidade, gerando um clima de desconfiança entre os alunos.

Em fins de 68, com a edição do AI-5, a repressão tomou uma proporção insuportável, levando a um esvaziamento do movimento. "Em 69, ainda tentou-se manter uma coesão. Os estudantes da UnB tentaram se manifestar, por em durante a primeira grande manifestação cerca de 40 universitários foram expulsos pelo 477, que cassava por três anos o direito do estudante se vincular a qualquer universidade do País". (Ana Paula Macedo e Carmem Kozak)

Flávio Montiel: O DCE é o caminho da participação

Flávio Montiel, último presidente do hoje extinto DCE, em entrevista ao *Campus* ressaltou a importância daquela entidade nas lutas pela redemocratização da UnB em sua fase mais difícil, quando a ADUnB é que ficava "a reboque" do movimento estudantil, ao contrário do que hoje ocorre.

"A luta organizada pela democratização da UnB vem se desenvolvendo desde 1973, na medida em que a repressão da época permitia. O estatuto da Universidade permitia a existência do D.U. (Diretório Universitário) e das representações estudantis, uma por Departamento. O estudante que quisesse ser candidato teria que ter concluído o básico, MGA acima de 3,6 não ter repetido nenhuma matéria no semestre anterior, e caso repetisse alguma durante seu mandato, seria destituído. Candidatos e programas tinham que ser aprovados pelos Departamentos e Reitoria, e era proibido discutir-se política nacional ou universitária. O voto era obrigatório: quem não votasse podia levar de 2 a 7 dias de suspensão". (Este estatuto nunca foi cumprido em todo o seu rigor, mas sua simples existência dava à Reitoria o poder de impedir o surgimento de qualquer expressão estudantil: os D.U.s, quando existiram, nunca tiveram a força

de uma entidade livre, como um DCE ou um CA).

"Apesar de todo este autoritarismo, os D.U.s tiveram o seu papel em negociações àquela época em que a ditadura era mais violenta. Em 1977, apoiando colegas expulsos, 900 alunos em assembleia decidem pela greve geral, encerrada semanas mais tarde por 4 mil estudantes. Nesta época, ressurgem o DCE e os CAs, nos moldes em que existiam antes de 1964. Nasceu o conselho de CAs, entidade inédita".

Desde o momento de seu ressurgimento, o DCE precisava de um estatuto, que foi finalmente aprovado, não sem dificuldades, em 1983. Por essa época, o movimento estudantil praticamente morreu. Por quê? "Não acredito que o DCE seja uma forma superada de atuação, pois não conheço outra. O DCE caiu em descrédito por ter levado adiante campanhas desgastantes — como a pelo enquadramento dos professores e pela participação nos órgãos colegiados. Mas o DCE cumpriu o seu papel: todas as propostas dos atuais reitoráveis estavam no programa da chapa pela qual fui eleito. Sua discussão, bem como a discussão das eleições diretas para reitor, teriam sido importantíssimas". (Alessandro Gagnor Galvão)

UnB: 16 anos de resistência

Um marco: a violência de 77

Em 1977, apesar da famosa "distensão" do presidente Geisel, a Universidade de Brasília ainda estava longe de ser um espaço livre e democrático. Não havia CA's nem DCE livres, mas representações estudantis subordinadas a normas da Reitoria. Os professores ainda não estavam organizados politicamente e "assembléia" era uma palavra proibida. Nesse clima, cerca de 2.500 estudantes se mobilizaram num ato público pelo Dia Nacional de Luta. Era 28 de maio, data em que o estudante secundarista Edson Luís havia sido morto pela polícia no Rio, em 68, durante a manifestação estudantil. Em sua homenagem, os alunos da UnB criaram a Praça Edson Luís (onde hoje é a Faculdade de Educação), descendo depois em passeata até a Reitoria.

A palavra de ordem era "Se houver punição, vai haver paralisação", numa referência aos sete alunos expulsos no

ano anterior, durante a campanha de eleição de nova diretoria para o então Diretório Universitário, sob a acusação de conteúdo subversivo dos programas das chapas inscritas. Veio a punição, com suspensão de alguns estudantes identificados como os líderes do movimento. No dia seguinte, a UnB amanhecia fechada. Era o começo de uma das mais graves crises da sua história, com a paralisação das aulas por dois meses. A invasão policial ao Campus, a expulsão de cerca de trinta estudantes, punições variadas a inúmeros outros e uma sequência de atos excessivamente rigorosos por parte do então reitor José Carlos Azevedo.

Durante os dois meses de greve, várias tentativas de mediação foram feitas por parlamentares, pais de alunos, professores e pelo próprio MEC. Todas, porém, esbarravam na intransigência do reitor. Reuniu-se, então, pela primeira vez na história

da UnB, por exigência dos advogados dos alunos expulsos, o Conselho Universitário, que deveria endossar ou não as punições feitas pelo Azevedo. Segundo o professor José Carlos Coutinho, um dos membros deste Conselho, Azevedo desviou a questão para um falso dilema, que seria sua autoridade ou não para punir os estudantes, quando o que na verdade deveria discutir-se era se essas punições seriam a melhor solução para a Universidade. Apenas dois professores do Conselho, Coutinho e o vice-Reitor Marco Antônio Dias, ficaram contrários à expulsão dos estudantes, o que provocou grande revolta no meio estudantil e um agravamento da crise.

Por outro lado, a opinião pública estava com os estudantes, apesar de todas as restrições sofridas pelos meios de comunicação, pressionados no sentido de minimizarem ao máximo os acontecimentos. Erika Jucá, uma

das alunas expulsas, na época, acha que em 77 "houve mais do que uma sintonia do movimento estudantil com a sociedade, houve uma representação". A luta dos estudantes pela recuperação das liberdades democráticas trazia o desejo de todo o povo brasileiro. Analisando aquela época, o professor Murilo Ramos, então Chefe de Gabinete de Azevedo, disse acreditar que o endurecimento da UnB tinha ligação com as tentativas de endurecimento do regime feitas pelo General Sylvio Frota: "A UnB serviu como laboratório de um endurecimento geral".

Mas a crise de 77 também teve bons frutos. Com ela os professores sentiram maior necessidade de se organizarem, criando a ADUnB em 78, e dando início a um processo que culminou com a saída de Geraldo Avila e com as eleições diretas para reitor. (Catarina Guerra e Juarez Libaino)

Funcionários aderem à luta geral

Pela primeira vez na história da UnB, os funcionários participaram da votação para escolha da lista sêxtupla para Reitor. Agora, eles são representados pela Comissão de Funcionários, com preocupações políticas e reivindicatórias, independente em relação à administração da Universidade e à ASFUB (Associação dos Servidores da FUB), que congrega funcionários e professores, mas que sempre assumiu um papel assistencialista e recreativo.

A Comissão de Funcionários estuda a possibilidade de se agregar à ASFUB, buscando transformá-la, ou mesmo, manter as duas representações. Nesse caso, a ASFUB continuaria no seu papel e a Comissão assumiria uma postura mais crítica e política.

HISTÓRICO

A criação da Comissão aconteceu durante campanha salarial de 1984, quando os funcionários começaram a se organizar e a discutir o achatamento salarial, o plano de cargos e salários, a paridade salarial entre autarquias e fundações, e posteriormente a sucessão para Reitor na Universidade e as formas de participação na mesma.

Para Rosalvo Pereira Filho, do Departamento de Comunicação, "as conquistas dos funcionários no ano de 1984 derivam dessa organização e das preocupações com as questões salariais que afetam os funcionários como um todo. E, se hoje participamos em peso da votação para escolha da lista sêxtupla, isso se deve ao caminho que a Comissão tem traçado, senão não estaríamos dentro de movimento nenhum".

Segundo Rosalvo, a ASFUB foi criada de cima para baixo e a Comissão tenta corrigir essa distorção. Por isso os funcionários estudam a questão, e depois da votação da lista sêxtupla, vão discutir o estatuto para a Comissão ou sua agregação à ASFUB.

POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO

Internamente a comissão respeita as divergências políticas e as considera naturais, mas existe um consenso entre os seus membros sobre as questões da UnB. Essa é a opinião de João Alves, funcionário do Patrimônio.

Ainda para João Alves, que começou a participar do movimento no início de 1985, os funcionários têm aumentado o seu grau de participação e a comissão representa mais da metade dos funcionários. Um importante passo para isso foi a escolha dos representantes dos Centros de Custos (um por cento). Esses representantes fazem uma ligação direta entre a Comissão e os funcionários nos locais de trabalho, procurando aumentar a participação e a consciência dos funcionários sobre os seus problemas. (Juarez Libaino)

A ADUnB surge como nova força

Durante a greve dos estudantes, em 1977, os professores preocupados com o autoritarismo de Azevedo constituíram uma comissão de mediação junto ao Reitor que culminou na fundação, em 1978, da ADUnB — Associação dos Docentes da UnB.

O que seria então um núcleo de resistência a Azevedo, solidificou-se através de um estatuto que já foi aprovado, registrado em cartório e com uma diretoria provisória eleita em assembléia contando com a participação de 200 professores.

A ADUnB levava, ao lado das denúncias das arbitrariedades do reitor, reivindicações específicas da classe docente, como por exemplo, o enquadramento dos professores colaboradores. A UnB era a única Universidade do Brasil que ainda tinha professores extra-quadro.

RESISTÊNCIA

Segundo José Carlos Teatini, atual presidente da ADUnB, a punição maciça dos estudantes na greve de 77 provocou um refluxo do movimento estudantil e durante este período a ADUnB foi praticamente a única manifestação organizada contra o Azevedo dentro do campus. "Dentre as universidades fundações, Azevedo foi quem aplicou de forma mais autoritária a legislação salarial, fazendo com que a UnB, que pagava os maiores salários do País, rapidamente perdesse para outras universidades, a tal ponto que atualmente, dentre as 16 fundações do País, a UnB possui os mais baixos salários. Conseguimos em 82 um reajuste extra em relação aos previstos por lei, mas isso não significou grande altera-

ção em relação ao que já se havia perdido".

De acordo com Teatini, a confiabilidade da ADUnB se deve ao fato de ter ela resistido ao período de arbitrariedades do Azevedo e, fora as campanhas de melhoria funcional, houve uma grande mobilização de pessoas ligadas à ADUnB no âmbito de seus departamentos e institutos, no sentido de haver uma plena democratização, traduzindo-se em maior participação dos professores, estudantes e funcionários.

"Não podemos esquecer que a fundação da ADUnB se deveu também a um movimento de alunos e a primeira greve que a entidade levou em 1982 foi no bojo de uma greve dos estudantes. Tudo isso culminou, no ano passado, numa campanha de eleições diretas para Reitor que, apesar de não ser a prevista em lei, propiciou todo esse processo de agora,

e onde a participação da comunidade se fez obrigatória", conclui Teatini.

PAPEL DA ADUnB

Para Volnei Garrafa, o terceiro presidente da ADUnB, houve uma continuidade no processo de criação da entidade e que foi o fulcro de todo o trabalho de suas diversas diretorias. Primeiro, a necessidade de sindicalização dos professores; segundo, o enquadramento dos professores colaboradores e, terceiro, a campanha salarial, na qual os estudantes tiveram um papel fundamental. Embora os movimentos de estudantes e professores fossem separados, as decisões políticas eram conjuntas, havendo "respeito de um segmento para com o outro no sentido de levar adiante o processo de luta pela democratização da UnB. Tenho dito que o aluno é sempre um formigueiro

coberto por uma tênue camada de verniz; pode não se ver nada embaixo, mas de repente ele explode. É uma categoria eternamente mobilizada que teve um papel muito importante em todo esse processo".

Segundo Garrafa, a ADUnB tem contribuído fundamentalmente na discussão do próprio destino da Universidade, tanto no aspecto administrativo quanto no ideológico. A democracia passou lentamente do plano teórico para a prática, e, hoje, a Associação dos Funcionários é uma realidade. "O papel da ADUnB vai continuar seja quem for o próximo reitor. A ADUnB não é o poder, apenas algum cidadão que estava dentro do movimento e agora passará para a reitoria. Tanto quanto o DCE e também a Associação dos Funcionários, a ADUnB estará aí para cobrar, pois este é o processo democrático" (Zelia Freitas)



Cristóvam eleito: o dia

Ivan Brscan

Quando o ainda estudante de engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, Cristóvam Ricardo Cavalcante Buarque, foi eleito presidente do Diretório Acadêmico de sua faculdade, em outubro de 64, ele não sabia de pelo menos três coisas: em primeiro lugar, que jamais seria um engenheiro renomado, pois viria a trocar a solidez das pilastras pela flexibilidade dos índices econômicos; em segundo lugar, que, em abril do ano seguinte, o golpe militar o cassaria sumariamente e, por último que passados 21 anos chegaria enfim o dia da caça: a Universidade de Brasília o escolheria para Reitor. Com palavras firmes, mas pausadas, expressando a quase contradição de possuir um sotaque pernambucano e uma fala mineira, Cristóvam concede entrevista ao Campus. Primeira na condição de Reitor, escolhido pela comunidade.

Entrevista a Mário César Rosa
Fotos de Ivan Brscan

Criar um debate franco com a nossa comunidade

Campus — Após a sua vitória, há uma grande expectativa na universidade: qual vai ser a primeira medida a ser tomada pelo novo Reitor?

Cristóvam — Não há uma primeira medida. Há uma série de primeiras medidas. A primeira coisa que o Reitor tem que fazer, depois de sentar na cadeira, é mostrar que ele está disposto a um debate franco e honesto com a comunidade. Então, a primeira coisa que o Reitor deve fazer é cobrar da comunidade a participação no processo de criação da nova universidade. Os grupos que tragam as suas idéias, que tragam propostas, que tragam reivindicações. Este é o primeiro passo, mas não a primeira medida. Agora, se você quer saber a primeira medida, estas são muitas. O Reitor tem que lutar pela melhoria salarial dos professores e funcionários. Ele tem que começar a repensar a criação científica, ele tem que propor aos professores a necessidade de métodos mais abertos na sua atividade docente, aceitando e incentivando o debate dos alunos.

Campus — O Senhor realmente pretende extinguir a MGA?

Cristóvam — A MGA é um elemento que podemos chamar de vetor burro, aquele vetor que quer puxar para um lado e leva para outro. Nós temos é que incentivar o aluno a estudar mais, por isto eu continuo favorável às provas e às menções. Prova não, métodos de avaliação. A MGA faz com que os estudantes que têm bom rendimento no primeiro semestre relaxem nos restantes. Agora, os alunos que tiveram um problema nos primeiros semestres nunca mais se recuperam. A MGA tem que acabar já.

Campus — E nada no lugar?

Cristóvam — Não, eu acho que no lugar da média geral acumulada deve-se ter, talvez, médias semestrais. Eu acho que é mais importante mostrar que o aluno começou com uma média semestral baixa e se recuperou, por exemplo.

Campus — E com relação aos cursos noturnos?

Cristóvam — Eu tenho dito que é um absurdo as instalações ficarem fechadas à noite. Eu acho que nós

devemos ter como meta os cursos noturnos na universidade.

Campus — Prioritariamente?

Cristóvam — Está é uma meta importante, mas não prioritária. Na verdade já há cursos noturnos funcionando informalmente aqui dentro.

Campus — E o seu "Ministério"? Já existe alguma definição quanto à composição das esferas administrativas superiores da universidade?

Cristóvam — Não, não há nenhuma.

Campus — Comenta-se que professores que compõem a lista sêxtupla pleiteiam decanatos. O Senhor tem conhecimento disto? Já vem recebendo pressões?

Cristóvam — Não, não venho recebendo pressão de nenhuma espécie. Eu tenho sido procurado por pessoas que trazem sugestões, e não pressões. Eu não fui abordado ainda sobre este tema, mas é natural que as pessoas que fazem parte da lista sêxtupla venham a querer manifestar a parcela de liderança de que dispõem. Por isto, não é estranho que elas sejam candidatas potenciais a cargos nesta universidade. No entanto, por enquanto eu só estou fazendo algumas consultas e não tenho uma posição definida a este respeito.

Campus — O Senhor não teme incorrer na "síndrome da Nova República", que seria externar bons propósitos mas não ter recursos para executá-los?

Cristóvam — Eu acho que o próximo Reitor pode satisfazer a maior parte das expectativas da universidade com medidas que não requerem recursos externos. Não obstante, algumas, de fato, como a questão da reposição salarial, exigem recursos externos. Ai, eu só tenho duas coisas a dizer: primeiro, a situação é tão dramática que se o Governo não quer acabar com a Universidade brasileira ele vai ter de resolvê-la. A segunda é que nós estamos de tal forma mobilizados que o Reitor vai estar junto à comunidade.

Campus — Mas o Senhor não prevê desgastes, por não atender alguns pleitos, como ocorre hoje com a Nova República?

Cristóvam — Veja bem: o que desgasta um Governo são duas coisas, as medidas impopulares e as medidas que não satisfazem certas reivindicações. Medidas impopulares o Reitor não precisa tomar. O que ocorre é que ele pode não ser capaz de satisfazer a todas as reivindicações. Mas se a comunidade participa democraticamente da instituição, ela vai perceber o que é que ele não satisfaz por incompetência, por morosidade, falta de trabalho, ou o que ele não faz por dificuldades globais da sociedade.

Campus — Então o Senhor não é Reitor da universidade, e sim com a universidade?

Cristóvam — Eu sou Reitor da Universidade junto com a comunidade.

Campus — O Senhor foi ratificado pela comunidade acadêmica, mas isto não significa que o Senhor já seja o novo Reitor, pois para isto é necessária a confirmação do presidente Sarney. Caso seja preterido, o que irá acontecer?

Cristóvam — Eu acho esta hipótese poquíssimo provável, tão remota que não vale a pena nós especularmos em torno dela.

Campus — Logo, o Senhor já se julga o Reitor da Universidade de Brasília?

Cristóvam — Não, eu não me julgo o Reitor da Universidade de Brasília. Legalmente o Ministro e o Presidente da República têm todo o direito de escolher qualquer nome da lista sêxtupla.

Campus — O final da campanha eleitoral assistiu a muitas atitudes irregulares do ponto de vista ético. O Senhor mesmo foi forçado a redigir uma nota explicando aos funcionários que não temessem represálias. Como ficará o clima da UnB após a sua posse?

Cristóvam — Um dos primeiros passos do próximo Reitor será fazer com que a eleição deixe saldo positivo, eliminando marcas e mágoas que possam ter ficado entre diferentes candidatos. O Reitor tem que ser o Reitor de toda a comunidade, embora algumas pessoas possam julgar-se insatisfeitas com algumas medidas que ele ve-

nha a tomar. Isto é natural do processo democrático. Com diferenças, mas sem marcas nem mágoas.

Campus — O Senhor ocupa atualmente a função de chefe de Gabinete do Ministro Fernando Lyra, que possui interesses regionais comuns aos do ministro Marco Maciel. O Senhor não acredita que este seu vínculo possa prejudicar o trânsito do próximo Reitor no MEC?

Cristóvam — Que eu saiba não há qualquer disputa neste momento entre os ministros da Educação e da Justiça. Os dois estão absolutamente juntos com os compromissos da Nova República. Na medida em que eu seja Reitor, o máximo que poderei continuar sendo é amigo de Fernando Lyra. Eu não tenho nenhuma ligação política especial nem com ele nem com o ministro Marco Maciel. Aliás, o MEC pretende satisfazer o maior número de reivindicações da comunidade. O Ministro tem todo o interesse em aumentar os salários de professores e funcionários. O que limita esta disposição são dificuldades globais do Governo. Nós podemos ter um Reitor da universidade, com a comunidade e, ao mesmo tempo, junto com o Ministério.

Campus — Professor, trace um paralelo entre o que foi o Reitor Azevedo e o que vai ser o Reitor Cristóvam.

Cristóvam — O Reitor Azevedo foi o Reitor do autoritarismo. O próximo Reitor será o da democracia. Isto independe inclusive das duas figuras humanas. Depende mais das circunstâncias nas quais ambas figuras estão. Seria inconveniente comparar-me ao professor Azevedo. Eu prefiro comparar as circunstâncias nas quais ele esteve às quais eu vou estar.

Campus — A política é feita de oportunidade. O Senhor não sendo radical de qualquer extremo, é o homem para o momento. Aprofunde a questão.

Cristóvam — Em primeiro lugar, eu sou um professor. Um professor vinculado à universidade. É difícil dizer o porquê das pessoas

“Devem ter visto em mim, que fui o mais votado, uma pessoa fundamentalmente democrática. Desvalradamente democrática, mas democrática responsávelmente.”



“O novo Reitor será o Reitor da democracia”

votarem na gente. Eu sei por que votei em minha lista sêxtupla. O que eu posso dizer desta lista sêxtupla, em que votei, é que ela é uma lista que considerei a favor do momento histórico que vive o País. O momento histórico que vive o País não é um momento de radicalismos. É um momento antiautoritário, que busca empreendimentos viáveis. A comunidade deve ter me visto como uma pessoa que não representava radicalismos, mas mudanças, possíveis e não utópicas. Sobre tudo devem ter visto, certamente nos seis que foram os mais votados e em mim que fui o mais votado, uma pessoa fundamentalmente democrática. Desvalradamente democrática, mas democraticamente responsávelmente.

Campus — Ainda sob a ótica do oportunismo político, o Senhor teria sido beneficiado com o desacordo havido entre o professor Garcia Munhoz e a COPAG, e consequentemente com o atual Governo?

Cristóvam — Absolutamente. A pergunta merece um pouco mais de estudo. Primeiro como eu surgi, depois nós falaremos sobre o professor Munhoz. Veja como a lista sêxtupla em que eu votei, e de onde você pode concluir que as pessoas votaram em mim, veja como ela mostra um momento histórico. A um ano atrás nós não éramos uma lista sêxtupla viável. Nós éramos uma lista sêxtupla de contestação.

Campus — Isto contribuiu para a sua posterior campanha, a tradição de luta?

Cristóvam — Não tenha dúvida. Se eu não tivesse entrado naquela lista provavelmente eu não seria hoje o mais votado. Eu também me beneficiei do seguinte: entrei na lista sêxtupla em terceiro lugar, e os dois mais votados não concorreram, os professores Dêrcio Munhoz e Simões Barbosa. Eu entrei

em que a UnB venceu

na lista do Conselho, eu e o professor Dêrcio, isto aí foi em agosto.

Campus — E o que aconteceu a partir daí?

Cristóvam — Em agosto, quando a lista chegou ao MEC, a ministra queria o professor Avila e o antigo Reitor queria o professor Prata. Isto gerou um confronto. Este confronto esperava ser resolvido conforme fosse resolvida a situação do candidato Maluf. A ministra eu acho, esperava um esvaziamento da candidatura Maluf, e o reitor Azevedo esperava o fortalecimento, para nomear Prata. Aconteceu que a candidatura não se esvaziou, ela se acabou de uma vez. Ao chegar dezembro, em uma ou duas semanas, Maluf desapareceu. Quando Maluf desapareceu, as pessoas em torno de Tancredo Neves manifestaram o interesse em que se tomasse um certo cuidado na escolha do novo reitor. Este cuidado consistiria ou em deixar a escolha para depois de 15 de março, ou em que o presidente Figueiredo escolhesse um dos dois nomes votados pela comunidade, Dêrcio e eu.

Campus — Como foi resolvido este quase impasse?

Cristóvam — Bom, a Ministra achou que não deveria deixar para depois de 15 de março, pois seria uma diferença muito especial para a UnB, já que ela estava nomeando todos os reitores. Assim ela resolveu nomear um Reitor, mas resolveu também entender o clima que começava a existir, de transição, levando o meu nome ao presidente Figueiredo. Ela chegou a levar um Decreto assinado por ela com o meu nome, esperando a assinatura do então Presidente.

Campus — Então, o Senhor esteve para ser nomeado pelo Governo passado?

Cristóvam — E claro. Isto em março, já dentro do clima de transição. Felizmente...

Campus — Felizmente não foi, pois isto o queimaria, não é?

Cristóvam — Não, não queimaria, porque o que queima um Reitor não é ele ser nomeado desta forma, mas sim ele fazer uma má administração, não democrática. Felizmente, eu sempre esperei isto, se bem que as pessoas dissessem que eu já era Reitor, isto não aconteceu. O general Medeiros persuadiu o Presidente. Eu sempre dizia que era impossível Figueiredo nomear-me.

Campus — O Senhor gostaria de ser nomeado por Figueiredo?

Cristóvam — Eu queria começar a democratização da universidade...

Campus — Desta forma o Senhor não queria. Se o Senhor aspirava à democratização, se não queria ser guiado apenas via Decreto e pretendia o respaldo da comunidade, logo o Senhor não queria ser nomeado por Figueiredo.

Cristóvam — Não, eu tinha sido legitimado pela comunidade. Se o ex-presidente me nomeasse, eu não ia me sentir um Reitor da comunidade. De qualquer forma eu acho ótimo não ter sido nomeado pelo governo Figueiredo, pois me permitiu ser nomeado por um Governo diferente do anterior, como também ser eleito pelos três segmentos. Naquela época apenas dois participaram.

Campus E o professor Munhoz?

Cristóvam — O professor não quis participar agora, mas não foi por problemas com a COPAG ou desacordos com o Governo. Desde a primeira vez, ele aceitou entrar como uma contribuição, graças ao grande nome que ele tem nesta universidade. Ele insistiu e repetiu várias vezes que não queria ser Reitor, pois seria incompatível com as suas atividades. Desta vez, nós insistimos muito para que ele fosse candidato, mas ele ponderou que o processo não precisava mais dele, que correria sério risco de, sendo o mais votado, ser o Reitor. E ele não queria ser Reitor.

Campus — O Senhor foi fruto do consenso. Seria uma espécie de Tancredo Neves?

Cristóvam — Nós podemos dizer o seguinte: a visão de busca de consenso, que Tancredo realmente incutiu em grande parte das pessoas que tem liderança neste País, penetrou em muitos setores. A idéia de procurar o centro de gravidade dos interesses da comunidade. Eu acho que este é um método pelo qual passa a sociedade brasileira. A universidade está dentro do contexto social. Você fala em tangência. Não pode haver tangência entre círculos concêntricos. O que está acontecendo na Universidade brasileira, hoje, é parte do processo brasileiro. Eu conversei há poucos dias com a parcela de estudantes que não votou em mim, a **Convergência Socialista**. Nesta oportunidade, eu lhes disse que iria me manter no centro de gravidade da comunidade, e que eles tinham a obrigação de defender suas posições e, a partir disto, tentar puxar pessoas e segmentos.

Campus — Do professor Cristóvam muito já se sabe. E do aluno Cristóvam?

Cristóvam — Eu entrei na universidade em 1962, na Escola de engenharia de Pernambuco. Eu era engenheiro antes de fazer doutorado em Economia. Era um momento de grande efervescência política neste País. Eu entrei na faculdade quando Miguel Arraes assumia o Governo do Estado. João Goulart era o Presidente, e eu tive

“Em março, meu nome foi levado a Figueiredo”

uma participação muito expressiva durante este período.

Campus — Participando do movimento estudantil...

Cristóvam — Sim, no terceiro ano de curso fui eleito presidente do Diretório acadêmico da Escola de Engenharia, que era o diretório mais ativo de Pernambuco. Eu fui eleito em outubro de 64, ou seja, eu fui o primeiro presidente do diretório eleito após o golpe. No golpe, o presidente foi preso sendo substituído por um interventor, que sairia em outubro. Em abril fui cassado, meu mandato foi cassado, mas continuei minha ação estudantil. Pouco depois, fui eleito representante do movimento estudantil na fundação do MDB. Após a formatura, continuei a minha atuação política e durante o mestrado, que foi em Pernambuco. Após algum tempo fui para França fazer meu doutorado em Economia, na Sorbonne. Nesta época, fiquei separado da participação política direta.

Campus — Esta fase foi pródiga em histórias pitorescas. Conte uma.

Cristóvam — Em 1970 eu era professor de Economia na Universidade Católica e foram cassados três alunos meus. Eu então decidi não dar aula durante alguns dias e tentar mobilizar os professores para que protestássemos. Não foi possível, havia muito medo naquela época, e aí, na primeira aula a que fui, após a cassação dos três alunos, manifestei-me, dizendo a razão de ser professor. Eu sempre fui professor porque acho que é importante debater idéias, e naquele momento eu denunciei o fato de que se alguns alunos não podiam ter idéias próprias, e eram cassados por idéias políticas, não me interessava mais ser professor. Quando saí da aula notei que me seguia um aluno, major do Exército. Eu parei para ver se ele estava indo normalmente, mas ele parou

e disse que queria conversar comigo. Daí, ele me levou para um lugar especial, ali mesmo, e disse que estava muito irritado, pois por minha culpa ele não poderia cumprir a obrigação dele. Eu lhe perguntei qual era a obrigação e ele falou que seria me prender naquela hora. Lembro-me de que respondi a ele que eu havia cumprido a minha obrigação de professor e que ele cumprisse a dele de oficial do Exército. Ele me explicou que da próxima vez o faria, e eu vi que não valia mais a pena continuar como professor e no Brasil.

Campus — O Senhor concorda que a universidade vem sendo encarada como “repartição pública” por grande parte dos professores?

Cristóvam — Não, a universidade não vem sendo encarada como repartição pública. O que ocorre é que uma parte dos professores e dos alunos a vêem assim mas a grande parte ficou mesmo é perplexa, insatisfeita e descontente. É hora de transformarmos este descontentamento em produção e criação.

Campus — No campo institucional, o Senhor possui alguma proposta?

Cristóvam — O que tenho em vista é uma mudança da estrutura da graduação. Partir de uma simples estrutura de departamentos para uma visão de problemas e temas, gerando uma multi-departamentalização. Por exemplo, se você volta a editora para publicar trabalhos da comunidade...

Campus — Discente ou docente?

Cristóvam — Eu acredito que pode chegar o momento de publicarmos trabalhos discentes, docentes e administrativos, sem se dispensar, é claro, a qualidade. Aqui há uma grande quantidade de artistas, poetas, por que não editar livros de arte? Como selecionar isto de acordo com os recursos disponíveis? A qualidade nós fazemos estipulando um critério de isenção para a criação de um Conselho Editorial, capaz de rejeitar qualquer livro de qualquer pessoa, se achar que não é bom. Eu tenho dito por aí que gostaria de ter um

Ivan Brscan



Cristóvam Buarque: um nome certo para um momento incerto. Sua vitória é a vitória da Universidade

“Precisamos nos convencer: a UnB agora é nova”

Conselho tão sério que até o Reitor pudesse mandar seus livros, sabendo que se aceitassem não seria por sua condição de Reitor, mas sim pela qualidade do livro. Eu, por via das dúvidas, prefiro continuar usando editoras de fora, para evitar inclusive ser rechaçado.

Campus — A universidade, todos sabem, possui um cunho eminentemente elitista. Qual o tratamento a ser dispensado ao Centro Olímpico, por exemplo?

Cristóvam — Eu estive no CO, e considere o debate que lá travei, o melhor. O pessoal foi muito crítico à ADUnB, ao processo eleitoral, com muita coragem e sem nenhum acanhamento. Como não eram 500 pessoas, mas sim 60, o encontro foi bastante dinâmico. Naquela oportunidade eu enfatizei a necessidade de o CO assumir as suas responsabilidades. Eles têm problemas com uma grande quantidade de clandestinos. Então veja: é importante que o CO assuma suas responsabilidades.

Campus — Expurgando os clandestinos?

Cristóvam — Não, aí eu já estaria tomando uma posição. Eles é que têm de se posicionar. Talvez eles queiram manter os clandestinos. Assumindo as responsabilidades, eles devem trazer ao Reitor propostas de como administrar melhor o CO. Assim, eles terão na Reitoria um companheiro de luta para obter os recursos de que carecem.

Campus — Qual a maior dificuldade que o Senhor espera encontrar quando assumir?

Cristóvam — Eu penso que a maior dificuldade será fazer as pessoas se convencerem de que a universidade é nova, é diferente e que nós temos de fazer nós mesmos as coisas.

Campus — Afinal de contas o Senhor está falando para um jornal. Eu gostaria que o Senhor dissesse se sente a necessidade e a importância de um jornal universitário?

Cristóvam — Eu acho que é fundamental a Reitoria ter um veículo de comunicação livre, e não dela. Um veículo interno. O **Campus** pode vir a ser um grande veículo, porque é independente. Agora, vai ser necessário que ele seja aumentado, a fim de comportar mais artigos, críticas e debates, de professores, funcionários, estudantes. Eu acho que o **Campus**, ou um veículo a ser criado, tem até que trazer uma carta ou artigo do Reitor. O Reitor tem que se comunicar com a comunidade.

Campus — Assim o **Campus** deixaria de ser um jornal do Departamento de Comunicação para ser um da UnB?

Cristóvam — Tem que ser um jornal universitário, embora executado pelo Departamento de Comunicação. Além disto, nós temos que ter uma espécie de **Campus** acadêmico, ou científico, se quiser, com artigos acadêmicos. A Reitoria tem que encontrar uma forma de comunicar-se. Se o **Campus** quiser ocupar este espaço...

fotografia

Quando você é a câmara e a câmara é você

Ana Paula Padrão



"Louca ou sensata? A fotografia pode ser uma ou outra: sensata se seu realismo permanece relativo, temperado por hábitos estéticos ou empíricos (folhear uma revista no cabeleireiro ou no dentista); louca, se esse realismo é absoluto é, se assim podemos dizer, original, fazendo voltar à consciência amorosa e assustada a própria letra do Tempo: movimento propriamente revulsivo, que inverte o curso da coisa e que eu chamarei de êxtase fotográfico".

Roland Barthes, *A Câmara Clara*.

Essas são as duas vias de Fotografia apontadas por Roland Barthes, em seu livro *"A Câmara Clara"*. Subjetiva, pessoal, a intervenção do observador transforma um mero registro documental em evidência intensificada, carregada, "como se caricaturasse, não a figura que ela representa (é exatamente o contrário), mas sua própria existência".

O Brasil é um País de completo analfabetismo visual. Essa é a opinião unânime dos três fotógrafos — Luís Humberto, Luíza Venturelli e Milton Guran — convidados para discutir fotografia em debate realizado no Departamento de Desenho, como parte da disciplina ELEHA — Elementos de Linguagem Estética e História da Arte.

Milton Guran, um dos fundadores da agência fotográfica AGIL, acha que este analfabetismo visual deve-se ao fato de o brasileiro ter uma tradição escolar, cultural e acadêmica completamente literal. Para ele, a grande escola visual popular tem sido a revista em quadrinhos e, mais recentemente, a televisão. Luíza Venturelli, professora de Fotografia do Departamento de Comunicação, chama a atenção para a necessidade de se encarar a fotografia e as linguagens visuais em geral como uma coisa séria, que merece ser ensinada não apenas na Universidade mas também no 1º e 2º graus, através de uma "pedagogia da imagem".

Na opinião de Luís Humberto e Milton Guran, essa marginalização da fotografia também está presente nos jornais impressos. Ambos acham que a fotografia ainda é vista como acessório do texto dentro do jornal e que nem sempre valoriza-se seu potencial informativo. Para Luís Humberto, isso acontece porque as cabeças dirigentes nos jornais vêm sempre de áreas letradas, não tendo com a linguagem visual a mesma intimidade que têm com a linguagem escrita: "Vocês não me citam um fotógrafo que tenha chegado chefe de redação".

Se pudesse narrar
com palavras, não necessitaria
arrastar uma câmara atrás de
mim . . .
Lewis Hine



fotografia

Esta é, porém, uma questão polêmica. Eduardo Brito, editor de economia do **CORREIO BRAZILIENSE**, acha que os editores, de modo geral, vêem a fotografia como algo que deve ser informativo, mas ressalta que a imagem tem suas limitações do ponto de vista jornalístico. Essas limitações seriam o tempo, na medida em que a imagem tem que ser captada na hora em que o fato — nem sempre previsível — está acontecendo, e a impossibilidade de se fotografarem certas coisas, como o déficit público, por exemplo.

Orlando Brito, fotógrafo da revista *Veja*, também cita o fator tempo como umas das limitações para o trabalho de edição fotográfica. Ele acha, porém, que o nível qualitativo das fotos publicadas nos jornais talvez melhorasse muito se o editor de fotografia realmente decidisse sobre a edição fotográfica, como acontece nas revistas *Veja* e *IstoÉ*. Nos jornais, as atividades do editor de fotografia costumam se resumir à distribuição de pauta para os fotógrafos e quem decide sobre a edição fotográfica é a mesma pessoa que edita o texto.

Segundo Brito, a paginação da revista *Veja* começa pelas fotos e muitas vezes uma boa foto obriga o editor de texto a conseguir mais material para determinada matéria. Mas Brito faz questão de frisar que ilustrar bem não significa publicar fotos grandes e define uma foto boa como aquela que melhor consegue reunir informação e emoção.

TELEVISÃO X FOTOGRAFIA

Quando a televisão surgiu, muita gente apostou no fim do jornalismo impresso e do fotojornalismo. Acontece, porém, que tanto o jornalismo impresso como o fotojornalismo têm características próprias que lhes garantem o espaço. A imagem impressa, ao contrário da televisão, é fixa, permanente e consultável a qualquer momento. Isso, na opinião de Luis Humberto, faz com que ela deva ser mais intrigante, indagadora e passível de sucessivas leituras, não se limitando a um simples registro de acontecimentos. Milton Guran completa: "A fotografia é muito mais ágil, muito mais guerrilheira, muito mais imprevisível que a televisão".

Essa agilidade e permanência da fotografia, aliada ao despreparo dos censores, fez com que na ditadura a denúncia via imagem fosse bastante contundente e às vezes a única possível. Uma foto de um representante do poder em uma situação aparentemente ridícula, por exemplo, era uma forma muito eloquente de se ridicularizar o sistema.

FORMAÇÃO DE FOTÓGRAFOS

O fotógrafo no Brasil é basicamente um autodidata, aprende nos laboratórios dos jornais ou em cursos de curta duração, que na maioria das vezes se limitam a ensinar os aspectos técnicos da fotografia. Esta é uma questão que tem preocupado a classe e agora começa a ser debatida de forma mais organizada. Em novembro do ano passado o Infoto — Instituto Nacional de Fotografia — promoveu um seminário na Unicamp para discutir o ensino da fotografia nas universidades brasileiras que

contou com a presença de fotógrafos de todo o Brasil. E na próxima SBPC, que vai acontecer de 10 a 17 de julho, em Belo Horizonte, haverá uma mesa só para o debate deste assunto.

Ainda não existe no Brasil nenhum curso superior de fotografia. Mas há o projeto para a criação de uma Faculdade de Comunicação da Fundação Educacional de Bauru, que já está no Ministério da Educação para ser aprovado. Deverá ser um curso independente, sem vinculação direta com nenhuma área dentro da Comunicação. Luiza Venturelli, uma das debatedoras convidadas para a SBPC, acha mais viável a criação da habilitação fotográfica dentro do Curso de Comunicação, que já tem a infra-estrutura montada e permite a formação para um mercado de trabalho específico (fotojornalismo, foto publicitária etc.).

Luis Humberto ainda vai mais longe, não encarando a formação em fotografia como programa que deva servir unicamente para fabricar fotógrafos profissionais, mas também possa "familiarizar, informar e proporcionar experiências àqueles que vão conviver com a fotografia a vários níveis de interesse, sejam jornalistas, diretores de arte, artistas, programadores visuais ou qualquer outro tipo de atividade semelhante".

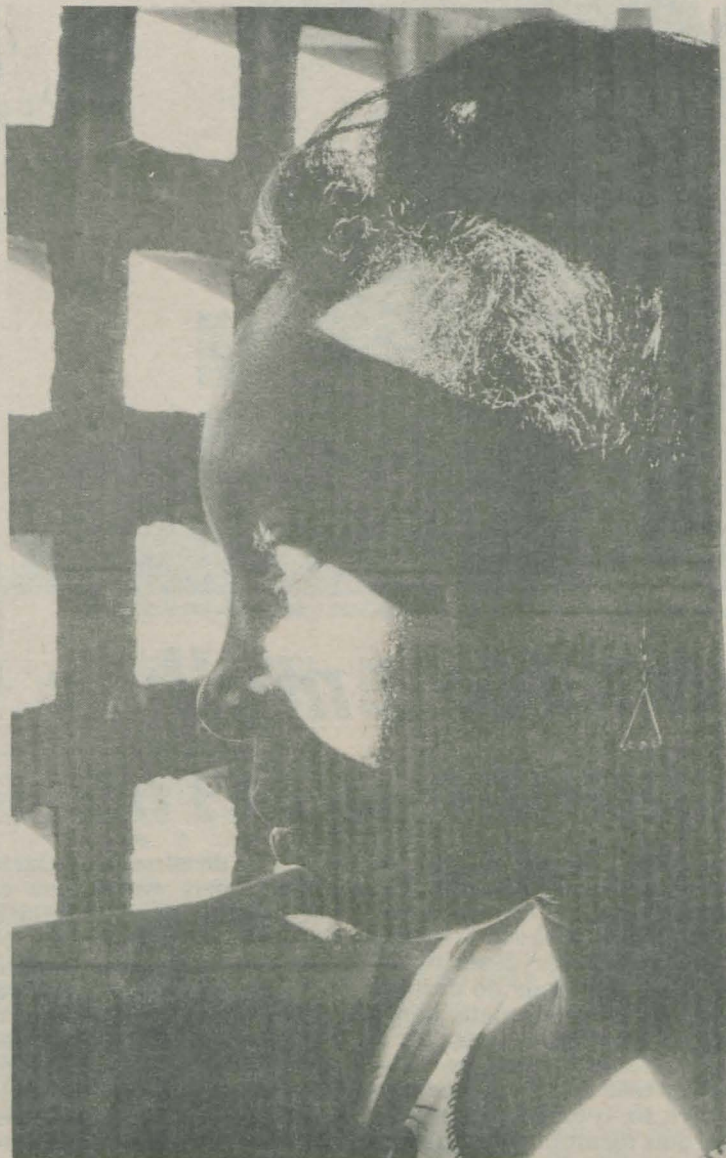
MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho para o fotógrafo, no Brasil, se resume praticamente ao fotojornalismo e à chamada fotografia de "cunho social" — registro de casamentos, festas e formaturas. A foto publicitária é feita quase que só no eixo Rio/São Paulo, onde estão as matrizes de todas as grandes agências de publicidade. Já a fotografia científica e a fotografia de arte não são quase praticadas no Brasil. Contribui para isso o fato de as duas multinacionais que praticamente detêm o monopólio do material fotográfico — Kodak e Fuji — não lançarem no mercado brasileiro e terceiro mundo, em geral, material para profissionais de qualidade equivalente ao lançado na Europa e América do Norte.

Em Brasília, o grande mercado para o fotógrafo, está sem dúvida na área do fotojornalismo. Segundo Dorgivan, fotógrafo do *Jornal do Brasil*, 70% da cobertura fotográfica das áreas política e econômica é gerada aqui. Ele acredita que essa proximidade com o poder dá ao fotojornalismo praticado em Brasília características especiais, estimulando a produção de um trabalho mais crítico, reconhecido nacionalmente.

A profissão de fotógrafo até hoje não foi regulamentada. O repórter fotográfico é sindicalizado como jornalista, e até há dois anos atrás ele não precisava ser formado para se associar ao sindicato. Hoje em dia, porém, a situação está mais complicada. Para trabalhar num jornal ou revista como fotógrafo é necessário o registro no sindicato e esse registro só está sendo dado para quem tem fotos publicadas ou o curso de Jornalismo. Isto na prática equivale a dizer que a partir de agora quem quiser começar a trabalhar como repórter fotográfico em Brasília tem que fazer o curso de Comunicação, medida que recentemente atingiu também a profissão de diagramador em jornais e revistas. (Catarina Guerra, Cláudia Rangel, Mônica Ferreira, Nicolau El-Moor, Rosane Carneiro, Rosani Aparecida e Suzy Sobral)

Rosane Carneiro



“Não é por acidente que o fotógrafo se torna fotógrafo ou que o domador de leões se torna domador de leões”

Dorothea Lange

Na UnB, más condições não alteram interesse

Dentro do Curso de Comunicação da UnB o contato com a fotografia pode ser feito através de duas disciplinas — Introdução à Fotografia e Fotografia I, ambas optativas para os alunos de Comunicação e Arquitetura e dadas pela professora Luiza Venturelli. Durante esses dois semestres, além do aprendizado das técnicas de fotografar, revelar e ampliar, o aluno tem sua percepção e sensibilidade para a fotografia desenvolvidas. Isso é feito não somente pela observação e análise do trabalho de grandes fotógrafos como também através de exercícios práticos — ensaios fotográficos em torno de determinado tema e posterior discussão desses ensaios. O curso de Fotografia I inclui até uma viagem a Goiás Velho, onde os alunos têm a oportunidade de fotografar um espaço bem diferente do encontrado em Brasília.

Embora o curso se resume a duas matérias optativas e tenha apenas uma professora, o resultados têm sido muito bons. Luiza conta que levou algumas fotos de alunos para o seminário realizado em novembro passado na Unicamp e o nível dos

trabalhos deixou a crítica de fotografia Stefania Brill impressionada. Além disso, vários alunos já tiveram suas fotos selecionadas em mostras feitas na cidade, onde concorreram inclusive com fotógrafos profissionais.

A cobertura fotográfica do jornal *Campus* também é feita por alunos, após cursarem as duas matérias de fotografia oferecidas no Departamento. Quanto à importância dada à fotografia dentro do *Campus*, Luiza tem críticas a fazer. Ela acha que nesse aspecto o jornal *Campus* reproduz a grande imprensa, tratando a fotografia como mero acessório do texto.

E apesar de estar realizando um trabalho importantíssimo de documentação fotográfica da história da Universidade, o jornal *Campus* ainda não conta sequer com um arquivo fotográfico, por falta de material adequado. O laboratório de fotografia também enfrenta problemas. Segundo Luiza, seu equipamento já tem 20 anos e nunca foi feito manutenção. Há pouco tempo, muito material perdeu-se devido à falta d'água dentro do laboratório. Além disso, suas

precárias condições de ventilação fazem com que o ar fique excessivamente carregado pela química utilizada para a revelação dos negativos, tornando a permanência dentro dele por muito tempo prejudicial à saúde. E embora a demanda da Universidade pelo trabalho de registro fotográfico tenha aumentado muito, o Departamento conta até hoje com um único laboratorista, Jeová Xangó, que faz não só todo o trabalho de acompanhamento dos alunos no laboratório como ainda revela e amplia as fotos publicadas no *Campus*.

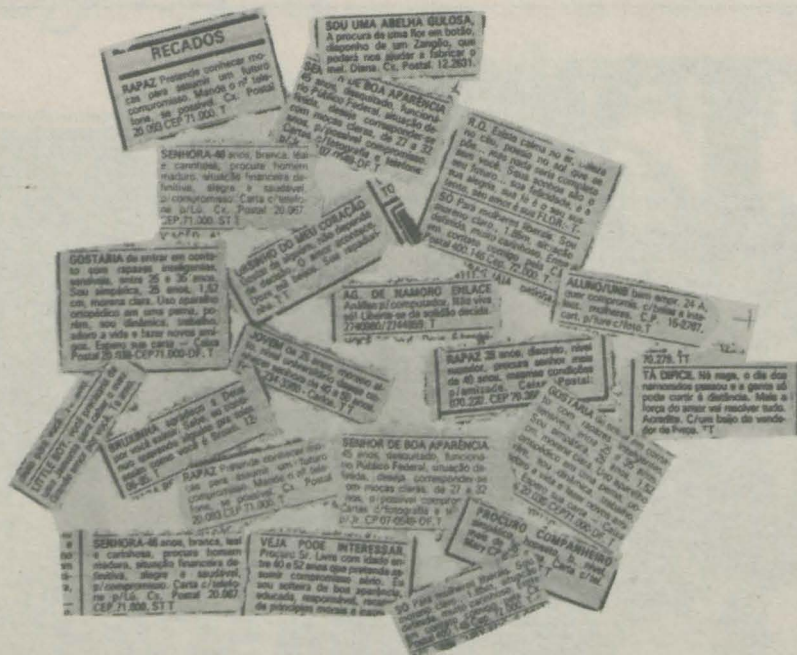
Esse aparente descaso da reitoria em relação ao curso de fotografia contrasta com o interesse sempre crescente dos alunos. Na pré-matricula realizada esse semestre, Introdução à Fotografia foi a disciplina que teve mais pedidos. Porém caso os problemas com o laboratório não sejam solucionados, esses alunos terão que esperar um pouco para cursar Introdução à Fotografia ou Fotografia I. Do jeito que as coisas andam, corre-se o risco de nem ter essas matérias oferecidas no próximo semestre.

Catarina Guerra



“Possuir o mundo em forma de imagens é, precisamente, reexperimentar o quão real e remota é a realidade”

Susan Sontag



Calor humano: a melhor solução para o inverno

"Sabe essas noites que você sai caminhando sozinho, de madrugada, com a mão no bolso, você fica pensando naquela menina e fica querendo que ela estivesse na sua?". De repente você pode encontrar esse broto, que felicidade! Mesmo usando óculos ou tendo um "tic-tic" nervoso, você já pode deixar de ser um maior abandonado com a ajuda dele, que não é moreno, alto, bonito e nem sensual, mas pode ser a solução dos seus problemas... Trata-se do "computador-cupido" da Agência de Namoro Enlace.

Aproximadamente 300 pessoas, que cansaram de "Viver a vida assim tão só", estão inscritas na Enlace, localizada na 307 Norte, Bloco C, Sala 7. Neste mês, a agência completou um ano de funcionamento, tendo proporcionado

de várias amizades, namoros, noivados e até cinco casamentos.

Para se inscrever o candidato deverá ser descompromissado, ter mais de dezoito anos, 1º Grau completo, apresentar uma foto e pagar uma taxa de 60 mil cruzeiros, válida por três meses. Ao fazer a inscrição, o candidato preenche dois formulários, um com as características próprias e outro com as da pessoa procurada. O computador irá comparar os formulários e acasalar aqueles que atingirem o mínimo de 60% de características comuns. Daí, a pessoa vai até a agência, analisa os dados daqueles que atingiram os 60% e só aí é feita a seleção final, quando acontece a apresentação dos casais.

A ideia da criação da Enlace partiu do economista e

analista de sistemas, Carlos André Roriz que tomou conhecimento da existência de agências de namoro em outros países através de revistas estrangeiras. A partir de sua própria experiência ao chegar a Brasília e viver momentos de solidão, ele se diz ter sentido na pele o problema de falta de comunicações entre as pessoas que aqui moram. "Durante os dez anos que vivo em Brasília, passei cinco deles completamente só. Confesso que nos primeiros três meses cheguei a chorar de solidão".

Segundo Roriz, a Enlace não só promove encontros, mas também serve como terapia. "Como a aproximação entre pessoas é tratada aqui como uma coisa muito natural, elas passam a superar problemas como a timidez e

ficam, de certo modo, mais sensibilizadas aos próprios desejos".

Mas o que se percebe é que existe ainda um pouco de preconceito em se procurar uma agência de namoros. "O que acontece é que as pessoas ainda têm uma certa timidez, principalmente as mulheres, que foram educadas para serem escolhidas, e não escolher. Nesse ponto os homens são mais abertos", afirma Maria Alice Cosme, orientadora da Enlace.

Estão inscritos na Enlace pessoas de 20 a 65 anos, e apesar de não haver qualquer tipo de restrições referentes a cor, a agência não possui candidatos mulatos ou negros. "Eu não entendo o motivo da não existência de candidatos de cor. Já houve casos de candidatas, principalmente es-

trangeiras, que tinham preferência por negros, e nós não tivemos como atendê-las. Espero que isso mude", avalia Roriz.

CANDIDATOS

Os candidatos inscritos na Enlace variam entre comerciantes, bancários, estudantes, funcionários públicos, médicos, engenheiros, psicólogos e outros. De um modo geral, essas pessoas procuram a agência pelo mesmo motivo: a solidão. O sigilo da Agência não permitiu que os candidatos entrevistados pelo CAMPUS fossem identificados.

Para uma das candidatas, psicóloga, 30 anos, o motivo de se inscrever foi a falta de tempo para conhecer pessoas. "Pelo caráter de seriedade da agência, não corro o risco de sair com qualquer um, e viver apenas uma aventura. Na Enlace tive a oportunidade de dizer quem eu quero e o que eu pretendo". Ela já teve a chance de conhecer um rapaz, que não deu certo.

Outro candidato, engenheiro foi levado a se inscrever pela vida agitada que leva atualmente. Segundo ele seu relacionamento com as pessoas melhorou muito. "Quando procurei a Enlace, pela primeira vez, confesso que tive um certo receio por ser uma novidade. Mas hoje tenho a dizer que obtive somente resultados positivos".

Ultimamente as pessoas têm procurado modos diferentes de extravazar seus sentimentos e carências. Recados nos classificados dos jornais, faixas, out-doors, pichações de muros e tantas outras formas de dizer o que sentem. Como dizia Chico Buarque (na Velha República): "... a coisa aqui tá preta/Muita careta pra engolir a transação/E a gente tá engolindo cada sapo no caminho/E a gente vai se amando, que, tamb.em, sem um carinho/Ninguém segura esse rojão...". (Kátia Vieira e Idhelelene Macedo).

Falta cobertor para 3000 famílias carentes

Mais de 3.000 famílias carentes do DF continuarão a sofrer com o frio intenso que tem feito na cidade. E que o resultado obtido pela "Semana do Agasalho", campanha realizada dos dias 15 a 23, não alcançou nem a metade das expectativas: apenas 50 cobertores, alguns agasalhos e roupas usadas.

Os caminhões do GDF que percorreram as superquadras e cidades-satélites, nos dias 22 e 23, para recolher as doações, voltaram praticamente vazios, despertando mais a curiosidade das crianças, que brincavam em volta dos veículos, do que dos moradores.

PEDIDOS

A Semana do Agasalho foi uma iniciativa da Proteção e Ação Social - PAS e da Secretaria de Serviços Sociais - SSS, para atender as inúmeras solicitações de agasalhos por parte de pessoas carentes e de instituições de Assistência Social do DF.

Segundo José Cury Neto, assessor de Imprensa da SSS, houve

dias que foram feitos mais de 1.000 pedidos, que não podem ser atendidos sem a colaboração da comunidade. "Nesta época do ano são muito comuns estas solicitações, ainda mais com um inverno deste, em que a temperatura chegou a atingir 3 graus. Muitas famílias estão passando frio. A campanha tinha o objetivo de sensibilizar o empresariado local e a população do DF para que, juntos, possamos resolver, pelo menos em parte, o problema", afirma Cury.

Para Laila Dourado, funcionária da PAS, a Semana do Agasalho não obteve sucesso devido às várias outras campanhas já realizadas, como a do Nordeste e, sendo assim, muitas pessoas já doaram tudo que podiam. Laila diz que, apesar da pequena quantidade de doações, "o pouco dado com amor tem uma validade enorme, não deixa de ser um gesto muito bonito".

Agora o que será feito é esperar. Segundo Laila, as doações não serão distribuídas de imediato e a Campanha continuará.

"Com a volta às aulas, vamos fazer solicitações em todas as escolas da rede oficial de Brasília. As crianças sempre são ótimos veículos de divulgação e servirão como elementos mobilizadores junto às suas famílias. Assim, esperamos obter muitas outras doações para que possamos juntá-las às já obtidas e distribuí-las às famílias carentes".

IMPRENSA

Ao contrário de Laila, a opinião de Renato Garcia, funcionário público e um dos poucos doadores, é de que a culpa do insucesso da campanha deve-se, em grande parte, à imprensa. Para Renato, a população de Brasília não estava informada sobre a Semana do Agasalho e por isso não colaborou. "Tanto os jornais quanto a TV não divulgaram nada, não deram apoio nenhum. As pessoas devem ter pensado que os caminhões que passaram pelas quadras estavam fazendo propaganda de circo", conclui. (Ana Cristina Marques)

Frio continua até agosto

"O frio que atingiu Brasília nos últimos dias continuará até o final de julho, mas, provavelmente, a temperatura não voltará a diminuir tanto, a ponto de alcançar 3 graus". Esta afirmação é do meteorologista Francisco de Assis, do Instituto de Meteorologia de Brasília.

Assis explica que a causa do frio foi a penetração de uma massa de ar polar, fria e seca, muito intensa, vinda da Região Antártida. Essa massa invadiu o Sul do Brasil afetando, também, toda a Região Centro-Oeste.

Segundo o meteorologista, a massa de ar já

passou. Ele, porém, não descarta a possibilidade de outra massa atingir novamente o País. "Não podemos fazer previsão a longo prazo. Se outra massa vier por aí, só teremos condições de ficar sabendo 3 dias antes. O certo é que até o final de julho o tempo continuará assim: um pequeno aquecimento durante o dia e um esfriamento muito rápido durante a noite".

Assis informa ainda que a temperatura máxima está em torno de 24 graus e a mínima, oscilando entre 11 e 12 graus. (Ana Cristina Marques)

Lyra e a arte de manter o Governo afinado

Apesar do maestro ter sido substituído na última hora, a Nova República se inicia de forma quase harmônica. Diferentes são os instrumentos tocados, mas todos estão voltados para a mesma sinfonia: a da Democracia. O novo titular da Pasta da Justiça, ministro Fernando Lyra, 46 anos, indicado pessoalmente por Tancredo Neves, nos conta aqui um pouco das dificuldades do Governo, que não quer desafinar nem sair do compasso.

Reportagem de Ana Paula Araripe e Carmen Kozak Simaan



"A fraude de deputados na Câmara e a não-anulação da votação foram erros gravíssimos"

Campus — Após a morte do presidente Tancredo Neves, o Senhor disse que a Nova República era indivisível e sobreviveria por força da vontade nacional de promover mudanças. As próximas eleições não irão acarretar uma quebra de unidade?

Lyra — Acredito que não. As eleições são fundamentais para a concretização do regime democrático. A competência dos componentes da Aliança Democrática estará posta em xeque. É fundamental que a Aliança tenha condições de sobreviver aos embates eleitorais. Isso para que possa ressurgir, após as eleições municipais, com muito mais força do que até agora.

Campus — Proibidade tornou-se o lema do novo Governo. Como então, o Senhor explica a fraude de deputados na votação dos dois turnos para eleições municipais?

Lyra — A verdade é que estamos acostumados a velhos hábitos da Velha República. O Congresso Nacional apenas desempenhou, durante um período muito grande, o processo da resistência e praticamente não decidia nada. A fraude eleitoral foi um equívoco muito grande, um erro irreversível. E mais ainda que o erro, foi a não anulação da votação. Se a Câmara tivesse anulado a votação, teria demonstrado claramente que não havia intenção na fraude. Mas já que ele puniu os deputados com advertência e não anulou a votação, entende-se, então, que o erro foi duplo, primeiro os deputados, depois a Câmara, que não reconheceu o erro praticado pelos parlamentares.

Campus — Como o Senhor vê esses primeiros meses do governo Sarney? O Senhor acredita que as promessas, feitas em praça pública por Tancredo Neves, estão sendo cumpridas?

Lyra — No campo político, concluímos uma grande etapa. Inserimos na Constituição a eleição direta para Presidente, acabamos com a fidelidade partidária, extinguímos a sublegenda, enviamos emenda para eleição direta nas prefeituras das capitais e acabamos de enviar a mensagem de convocação da Constituinte para 1986. Esses avanços no campo institucional e democrático promessas já cumpridas pela Nova República. No campo da legislação trabalhista, do avanço social, anistiamos mais de cem sindicalistas, que foram punidos nos regimes anteriores. No campo econômico e social, adotamos 100% do salário mínimo. Por ou-

tro lado, tentamos e conseguimos, pelo menos até agora, controlar a inflação, embora a níveis altos. Hoje esses níveis representam 50% do que era previsto. Pensávamos numa inflação de 400 a 500% e isso foi reduzido a 200%. Mesmo que essa seja uma taxa insuportável, não podemos negar que houve um grande progresso. Há ainda muita coisa a se fazer, pois recebemos o País todo desorganizado. O Ministério da Justiça estava enferrujado, praticamente sem funcionar. Tudo isso foi feito em 50 dias de governo, porque os outros 50 dias foram dedicados a agonia do presidente Tancredo Neves. Foi realizado muita coisa. Pelo menos estou em paz com a minha consciência e o presidente Sarney também.

Campus — E o aumento da casa própria, não foi um desvio?

Lyra — Não. Sou mutuário do BNH. Tenho um apartamento em Recife há doze anos. Pago agora Cr\$ 300 mil. Quando assinei o contrato foi pela correção plena, ou seja, pagar anualmente. No mês de agosto, quando teria de pagar a prestação, pagaria 246%. Como vou optar pela semestralidade, vou pagar 112%. Durante esse semestre, vou economizar 134%. Você então me diz que vai haver aumento daqui a seis meses na prestação. E, mas irá aumentar exatamente quando aumentar o meu salário. O plano de equivalência salarial veio para ficar. Acho que você tem o direito de acreditar ou não. A partir de agora, vai ser de seis em seis meses o aumento. Se aumentar 50% dos salários será aumento de 50%. Isso acompanhará a ordem de equivalência salarial. É difícil numa situação econômica grave como a nossa e com o desemprego, você imaginar que o aumento de 112% será bem recebido. Agora, a verdade é que 50% do INPC quer dizer 50% do salário anual e no meu caso, que sou mutuário, o fato é concreto. Ia pagar Cr\$ 1.000.080 e com a semestralidade, vou pagar Cr\$ 640.000, nos próximos meses. E outra coisa, esse índice de 112% foi o que a Justiça encontrou para repor a defasagem que houve nos últimos três anos. Então, foi o que se pode encontrar. A semestralidade não foi bem explicada, mas o tempo indicará que foi uma medida, não digo excepcional, mas justa.

Campus — No que se refere à Assembleia Nacional Constituinte e à redação da nova Carta, quais as contribuições a serem apresentadas pelo seu Ministério?

Lyra — O Ministério vai participar apenas colaborando com uma infra-estrutura material na comissão constitucional, que vai elaborar um esboço de um anteprojeto. Como Ministro da Justiça, participarei de todos os debates da Constituinte, como já venho participando. A forma de atuação da minha Pasta se dará na conscientização do povo brasileiro que a Constituinte é o marco zero da democratização do País.

Campus — A Constituição de 46 foi democrática. No entanto, não trouxe grandes avanços nas áreas econômicas e social. O Senhor acredita que a nova Carta trará esses avanços?

Lyra — A Constituição de 46 foi uma Constituição contra o Estado Novo. Não houve nela uma conscientização real, voltada para o futuro. Quero dizer, não houve a preocupação de se fazer uma Constituição que contivesse parâmetros capazes de conseguir equacionar o debate democrático a partir daquela data. Então, o que é que aconteceu? Ela foi muito liberal. Foi liberal na área política, fruto da reação ao Estado Novo, e na área social e econômica foi conservadora. Consequentemente, não teve condições de suportar as lutas que um regime aberto democrático continha.

Campus — A Comissão encarregada de elaborar um antepro-



"A Justiça no Brasil é totalmente emperrada e defasada. Só quem tem direito a ela é o rico. O pobre não tem acesso à justiça e é sempre julgado por ela".

jeto da nova Constituição, será formada principalmente de juristas. Qual o papel dela?

Lyra — Ela vai ser formada e será composta não só de juristas, mas terá um aspecto muito amplo para ser representativa. Vai elaborar um esboço de anteprojeto, que ficará pronto dentro de seis meses. A Constituinte só será eleita em novembro de 86 e tomará posse no dia primeiro de fevereiro de 87. Temos então praticamente um ano e oito meses para discussão. Se seis meses serão gastos na elaboração desse esboço, haverá 14 meses para debates. A grande comissão é a Assembleia Nacional Constituinte. Esse trabalho dos juristas e outros profissionais não tem nenhuma interferência na Constituinte.

Campus — Muito dos integrantes dessa Comissão são membros pertencentes ao antigo regime. O que o Senhor acha disso?

Lyra — Fora essas pessoas mais idosas, e até pessoas que participaram de outros governos, vai haver jovens. Jovens não só de idéias, mas também de idade. Essa comissão tem tudo para acertar. Se fizer um esboço ruim, ele não será sujeito nem a discussão.

Campus — O presidente Tancredo Neves prometeu acabar com o chamado "entulho autoritário". Essa meta está sendo cumprida? E os decretos-lei, que continuam em vigor?

Lyra — Vamos acabar com eles. O uso da repressão não está sendo mais admitido pelo governo. A prova disso é que houve mais de 300 greves no Brasil, nos últimos meses, e a polícia federal não tem nenhum caso de prisão de grevista até agora. Isso é um avanço muito grande. Sob o aspecto do "entulho autoritário", não foi usada a Lei de Segurança Nacional e nem a Lei de Imprensa. E não serão usadas. Precisam ser extirpadas da Constituição e serão. É problema só de tempo.

Campus — O Plano de Reforma Agrária do Governo vem gerando sérios conflitos. Quais as medidas que o Ministério da Justiça adotará para por fim à violência no campo? Será aplicada a Lei de Segurança Nacional sobre os fazendeiros que vêm se armando?

Lyra — Não pretendo usar a Lei de Segurança Nacional. Irei utilizar os meios normais e constitucionais para coibir a violência no campo. A qualquer hora que

fosse lançado o programa de Reforma Agrária no Brasil, ele seria contestado. Isso porque a reação a qualquer mudança no País é muito grande. Principalmente quando se imagina assentar milhões de pessoas no campo, que não tem terras para trabalhar, num País onde existe abundância de terra. Da mesma forma que defendemos a propriedade, defendemos a aplicação do estatuto de terra na sua inteireza. Não haverá recuo do governo no tocante à reforma agrária. Nós colibremos as violências, não só as invasões, que representam um ato condenável, mas também aqueles que querem usar a violência para tangenciar a verdadeira reação, que é o assentamento de novas famílias na terra.

Campus — O Senhor acredita que o problema da violência possa ser resolvido, sem que antes sejam sanados os problemas econômico-sociais que afetam a maior parte da população?

Lyra — Não. Acho que uma das vertentes da violência é consequência do processo econômico de concentração de renda e posto a prática nesses últimos 20 anos. Mais isso não é tudo. Existe um caldo de cultura muito grande, porque a violência sempre foi no País uma permanente preocupação. Haja vista que fomos o último País a abolir a escravidão. Espero, no entanto, dentro de pouco tempo, tentar equacionar medidas a curto, médio e longo prazos para atenuar esse problema. A curto prazo, é claro que o policiamento ostensivo, o desarmamento e outras medidas de ordem policial são inevitáveis, a médio e a longo prazos tem de haver uma conscientização do processo. A violência começa a partir de casa. É um processo cultural grave, que precisa ser novamente equacionado e conscientizado.

Campus — O que prevê o projeto de mudanças no Poder Judiciário?

Lyra — A Justiça no Brasil é muito atrasada. Só quem tem direito a ela é o rico. A justiça só é usada contra os pobres. Enquanto o pobre não tem acesso à justiça, porque não tem como chegar a ela, o rico alcança-se, mas nunca é julgado por ela. É uma contradição tremenda. Acho que tem de haver uma inversão. A Justiça deve julgar a todos e, tanto o rico como o pobre deve ter acesso a ela. A Justiça em nosso País é totalmente emperrada, defasada e muito cara.

Na Nova República, um Congresso mais sólido

Quando se quer reformar uma casa, antes de mais nada deve se ter em mente as mudanças a serem feitas. Depois de bem estruturado o projeto, o passo seguinte é o desenho da planta e o cálculo dos custos para analisar a viabilidade das reformas. Atualmente, o Congresso Nacional está se reformulando e reforçando suas estruturas, que se enfraqueceram no decorrer dos últimos 20 anos. Segundo o senador Humberto Lucena, líder do PMDB e do Governo no Senado, o "Congresso está retomando o seu prestígio". Resta saber se o projeto de reformas está sendo bem executado pelos construtores do novo Congresso.

Reportagem de Carmen Kozak Simaan e Ana Paula Macedo

Campus — Com a Nova República, há uma enorme carga de confiança depositada no Congresso Nacional? Qual é a situação atual de atuação do parlamento?

Lucena — Eu acho que o Congresso está retomando o seu prestígio, a medida que o presidente José Sarney, a partir de sua posse definitiva na Presidência da República, em primeiro lugar, deixou de editar decretos-lei. Todos os projetos, todas as leis estão vindo através de projetos enviados à Câmara dos Deputados que os aprova e posteriormente, remete ao Senado, que por sua vez também os aprova. Por outro lado, com isso, o Presidente da República tem evitado o encaminhamento do Congresso Nacional de projetos-de-lei em caráter de urgência, que no passado recente eram aprovados por decurso de prazo. Isto é, se dentro de um determinado período de tempo o Congresso não se manifestasse a respeito, em sessões conjuntas do Senado e da Câmara, eram considerados aprovados. Consequentemente, o fato de não termos mais decreto-lei, nem tão pouco projetos-de-lei aprovados por decurso de prazo, deram ao Congresso um novo handicap. Quer dizer, todas as leis hoje de iniciativa do Executivo decorrem de projetos de iniciativa do Presidente da República enviados às duas casas separadamente. Por outro lado, o Congresso também está participando mais ativamente, através das lideranças da Aliança Democrática, das decisões do Governo. Importa dizer que o governo atual é um governo político e aberto ao diálogo. Nada é realizado sem antes consultar as lideranças do Congresso Nacional. Assim aconteceu com o salário mínimo, que foi dobrado; no caso do BNH, isso no plano social. No plano econômico, pode ser citado o caso do Sulbrasil. E no plano político institucional, assim aconteceu com a reforma eleitoral e partidária, e agora, com a proposta enviada ao Congresso, pelo Presidente da República, convocando para 1986 uma Assembleia Nacional Constituinte.

Campus — O PMDB sofreu um certo esvaziamento com a legalização dos partidos clandestinos. Para um partido que é considerado de situação, isto não dificulta os trabalhos?

Lucena — Eu não acho que o PMDB tenha se esvaziado. O que ocorreu é que haviam alguns companheiros do PMDB que eram filiados a partidos clandestinos de esquerda. Como o projeto da Aliança Democrática é justamente o de restaurar a plenitude

das liberdades públicas no Brasil e, portanto, tem como objetivo instaurar no País uma democracia legítima e autêntica, nós não poderíamos deixar de contribuir, como fizemos, com a última Emenda Constitucional promulgada para a legalização dos partidos clandestinos. Com isso, alguns companheiros deixam o PMDB para, é claro, fundar os seus respectivos partidos. No caso o PCB, PC do B, afóra outros partidos de esquerda que poderão surgir. Mas isso não significa um grande prejuízo ao PMDB, porque foram poucos os parlamentares que nos deixaram. E, ao mesmo tempo, estamos recebendo adesões de companheiros que vieram de outros partidos para o PMDB. Inclusive, por exemplo, o ex-líder do PT na Câmara, o deputado Ayrton Soares, que é uma das maiores lideranças parlamentares na Câmara dos Deputados.

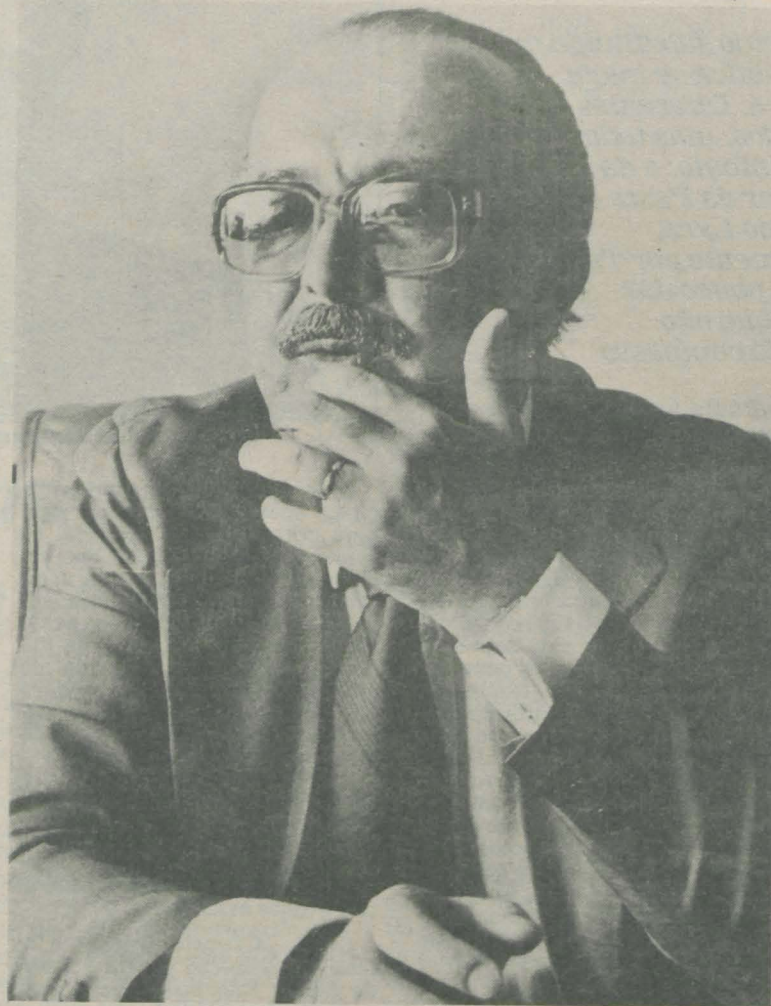
Campus — Então, mesmo assim o PMDB continua sendo um partido de governo?

Lucena — E preciso que se compreenda que nós não ganhamos uma eleição direta, nós não elegemos um Presidente da República através do voto popular. Nós implodimos o Colégio Eleitoral, o destruímos, porque já instauramos as eleições diretas para o futuro Presidente a ser eleito na sucessão do presidente José Sarney. Mas o atual governo foi eleito num sistema de coligação, que é a Aliança Democrática. Dessa forma, não podemos deixar de explicar à opinião pública que o PMDB não está no governo sozinho, e por conseguinte não pode levar ao Governo, ortodoxamente o seu programa, como faria se houvesse eleito um Presidente seu com o respaldo das urnas. Então, nós temos um programa onde o PMDB influencia grandemente, mas que tem também a participação, inclusive doutrinária e política da Frente Liberal.

O PMDB não se esvaziou

Campus — O Senhor concorda com a posição do Executivo contra a participação dos Senadores na Assembleia Nacional Constituinte?

Lucena — Não, o Executivo não é contra a participação dos Senadores eleitos em 82 na Assembleia Nacional Constituinte. O



Arquivo

"O PMDB não está no governo sozinho, e por conseguinte não pode levar ao governo o seu programa, como faria se houvesse eleito um presidente seu, com o respaldo popular".
(Humberto Lucena)

Presidente da República, na sua mensagem, não exclui os senadores de 82, mas deixa que este problema — até mesmo porque este foi um acordo com as suas lideranças no Congresso, à nível de Aliança Democrática — seja resolvido soberamente pelo Congresso Nacional. A proposta apenas convoca, diz que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão no dia 1º de fevereiro de 1987, em Assembleia Nacional Constituinte, o que importa dizer, que ele não exclui os senadores eleitos em 82. Mas esse assunto como é um assunto polêmico, controverso, vai ser resolvido pelo Congresso, que vai dar a solução.

Campus — Qual seria a posição do PMDB perante essa questão?

Lucena — No caso particular do PMDB, eu, como tenho cerca de nove senadores na minha bancada que foram eleitos em 82, reuni essa bancada e pedi aos senadores, sob a coordenação do senador Itamar Franco, que encontrasse a melhor forma para resolver o problema, já que há várias formas em estudos, entre as quais a de um referendo popular.

Campus — Haverá participação do Congresso, mais precisamente da bancada do PMDB, na comissão que irá redigir o anteprojeto da Carta Constitucional?

Lucena — A Comissão Constitucional que está sendo falada pelos jornais é uma comissão do Executivo, e por conseguinte ela terá uma abrangência muito grande, em termos de representatividade, de todos os segmentos

sociais. Não haverá nela apenas juristas, mas também professores universitários, estudantes, trabalhadores, intelectuais, sacerdotes, empresários, cientistas políticos. Enfim, todas as lideranças vivas da sociedade brasileira deverão estar representadas nessa Comissão, porque ela tem por finalidade elaborar um esboço de projeto de constituição a ser sugerido como contribuição da sociedade à futura Assembleia Nacional Constituinte, que por ser livre e soberana, poderá rejeitá-la, como poderá aproveitá-la em parte ou no todo. Quer dizer, é apenas uma sugestão. Porque essa Comissão, desde que seja criada e constituída sob a presidência do jurista Afonso Arinos de Melo Franco, deverá comandar uma grande campanha de mobilização nacional em torno da Constituinte; pelo menos é o que vejo no meu prisma de líder do PMDB e do Governo no Senado. Essa comissão poderá inclusive se subdividir para percorrer todos os recantos do território brasileiro, fazer debates a nível de universidades e outras entidades, para conscientizar a opinião pública do que seja a Constituinte. E um termo eminentemente técnico e há um grande desconhecimento do povo a respeito do que isso signifique. Essa comissão terá praticamente mais de um ano de prazo para fazer essa campanha, recolher subsídios desses debates para então enriquecer a elaboração desse esboço do projeto que futuramente será enviado à Assembleia

Nacional Constituinte, após a sua instalação em fevereiro de 87.

Campus — Senador, em que consiste esse acordo sobre o novo projeto de propaganda eleitoral realizado com o senador Murilo Badaró?

Lucena — Nós tivemos que entrar em entendimento com a liderança do PDS, porque nós do PMDB e da Frente Liberal que constituímos a Aliança Democrática no Senado, temos a maioria da Casa, que são 41 senadores, mas não temos os 46 que representam os 2/3 para a urgência urgentíssima. Então era preciso a assinatura de um requerimento pelos três líderes: eu, pelo PMDB; o senador Carlos Chiarelli, pela Frente Liberal; e o senador Murilo Badaró, pelo PDS, porque não havia mais tempo de votar a matéria no Senado sem voltar à Câmara a não ser em urgência urgentíssima. Diante disso o senador Murilo Badaró vendo que não podia emendar o projeto, pois não havia mais tempo de voltar à Câmara antes do recesso, porque prejudicaria o processo eleitoral deste ano, preferiu fazer uma proposta e votar o projeto. Nós então nos comprometemos de assinar um projeto que seria aprovado pelo Senado depois encaminhado à Câmara, apenas mudando o critério de distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita, que é de 60 dias antes das eleições. O critério seria o seguinte: no lugar da divisão ser feita entre os partidos proporcionalmente ao número de vereadores, seria feita proporcionalmente ao número de deputados federais, por entender ele que os partidos são nacionais e não municipais. Então para não prejudicar o andamento da outra matéria nós tivemos um entendimento, que a nível de Senado está perfeito e acabado. A nível de Câmara vai depender, como disse o deputado Pimenta da Veiga, do trabalho que ele vai exercer junto a bancada do PMDB.

Câmara foi leviana

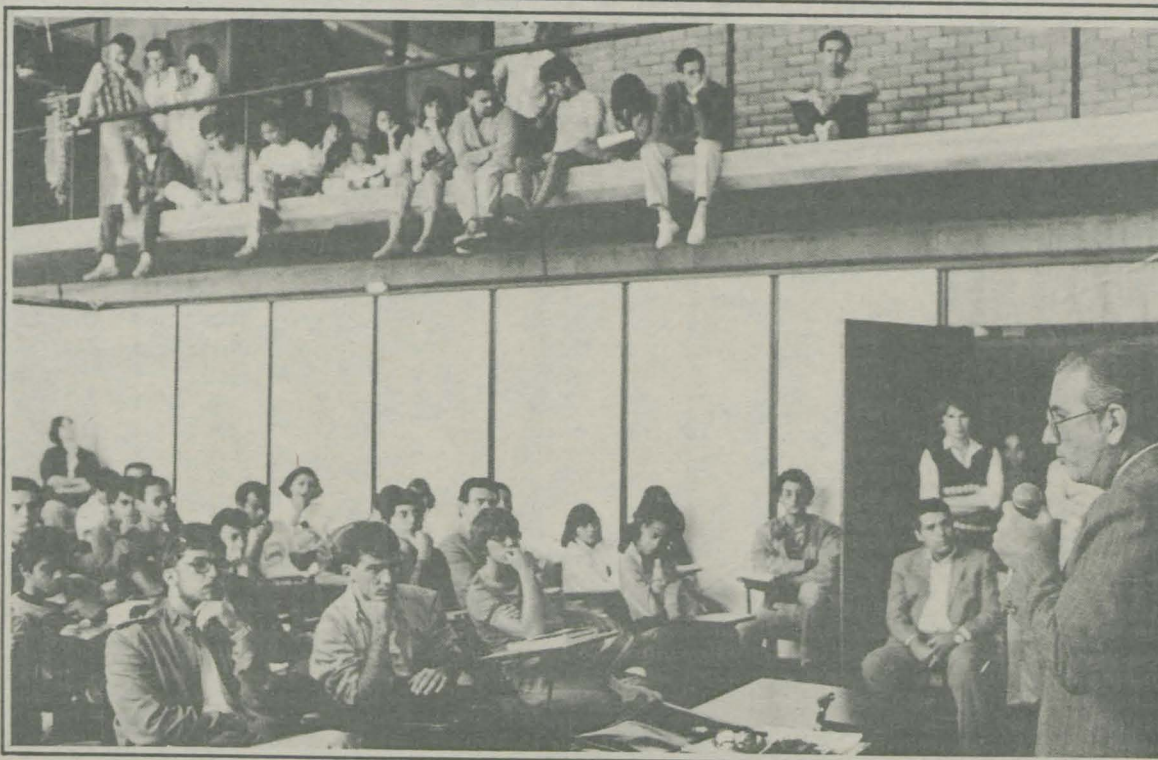
Campus — Qual a sua opinião sobre as fraudes que ocorreram na Câmara durante a votação da Emenda para eleições nas capitais?

Lucena — Bom, eu achei profundamente lamentável o que ocorreu na Câmara, porque homens de responsabilidade que são titulares de um mandato popular jamais poderiam agir da maneira que agiram, tão levianamente. E causou-me, inclusive, muita decepção o fato da maioria da Comissão de Justiça da Câmara não ter aprovado o parecer anulando a votação anterior, uma vez que ficou evidente que ela foi viciada. Mas de qualquer modo, eu quero ressaltar o empenho do presidente Ulysses Guimarães, e da Mesa da Câmara, em apurar as responsabilidades, que no final das contas, usando o seu poder de polícia, pelo menos puniu os parlamentares envolvidos na fraude fazendo uma censura por escrito. E no caso desses parlamentares serem reincidentes, nós teremos que encaminhar futuramente para a suspensão de seus mandatos.

Campus — O Senhor não acha que a imagem do PMDB ficou, de certa forma, comprometida pelo fato de parlamentares do partido terem participação na fraude?

Lucena — Mas aí não é a imagem do PMDB. É a imagem do deputado que, no caso, se envolveu na fraude. O partido não pode ser responsável, como instituição, pelo comportamento isolado de um parlamentar.

Nicolau El-Moor



Os estudantes ouviram atentamente a explanação que o cubano José Luis Rodríguez fez na UnB, mostrando as realizações da Revolução

Cuba vem aí. O Brasil se desarma e comemora

No último dia 20, uma platéia atenta e numerosa lotou uma das salas do Departamento de Comunicação da UnB para ouvir a palestra de um homem de sapatos bem lustrosos, calça e paletó do mais fino tecido e relógio digital mede in Japan. Isto não seria nenhuma novidade se não se tratasse de José Luis Rodríguez, assessor de Fidel Castro para assuntos econômicos e financeiros. Há bem pouco tempo não se concebia que um homem da confiança do Comandante em Chefe da Revolução Cubana pudesse discursar abertamente em nosso País, descrevendo as maravilhas alcançadas em sua terra nos campos econômico social.

Duas semanas antes, um grupo de estudantes havia se reunido em outra sala do mesmo Departamento de Comunicação para ouvir músicas de compositores cubanos como Nicolas Guillén e Pablo Milanez. Este, por sinal, já se tornou parceiro de Chico Buarque na canção *Iolanda*, uma das mais executadas em nossas FMs.

Esta "invasão" de Cuba, que em outros tempos já teria remetido certamente, algumas pessoas para a cadeia, não passa de um reflexo do que está acontecendo no seio do próprio governo. Depois que a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados aprovou uma indicação em favor do reatamento de relações diplomáticas com o país de Fidel, o Itamarati apressou os estudos nesse sentido, concretizando uma promessa de Tancredo Neves. Esses estudos já se encontram na Presidência da República e tudo indica que, em breve, o Brasil terá sua embaixada em Havana.

Na prática, o intercâmbio com Cuba já existe, pois sabe-se que a Federação do Comércio do Rio de Janeiro mantém relações comerciais com aquele país, seguindo um complicado processo de exportação, ao utilizar entrepostos existentes no continente. Através de países como o Peru ou México, muitos produtos agrícolas brasileiros já foram colocados no mercado cubano. No campo cultural, parece não haver nenhuma restrição às produções do Brasil em Cuba. Desde músicas de Roberto

Carlos até as novelas da Globo são consumidas diariamente por uma população ávida de novidades brasileiras. Até a rádio Marti, mantida na Flórida pelo governo dos Estados Unidos, e dirigida aos ouvintes de Cuba, tem sua programação recheada de música popular brasileira, como um forma de prender a audiência.

Não se sabe exatamente até que nível pode chegar o comércio entre os dois países. O deputado João Herrmann (PMDB-SP) acha que as potencialidades são imensas. Ele cita o exemplo do açúcar, acreditando que, como grandes produtores, Brasil e Cuba podem se unir para determinar melhores preços do produto. Outro parlamentar que vê grandes perspectivas é o deputado Márcio Santilli (PMDB/SP). Cuba, segundo Santilli, poderia importar do Brasil a tecnologia tropical no campo do álcool e a maquinaria agrícola, como tratores e outros equipamentos. Em termos de cooperação técnica o Brasil teria muito que aprender com Cuba na área de saúde e educação, pois a revolução deu a eles uma experiência muito grande nesses setores.

O aspecto principal do reatamento, porém, não é o comércio, do ponto de vista do candidato comunista à prefeitura de Recife, deputado Roberto Freire. Para ele o essencial desse acontecimento é que o Brasil resgata a sua soberania, deixando de ficar atrelado aos interesses do imperialismo norte-americano. Freire considera um absurdo que o nosso País deixe de manter relações com qualquer nação do mundo só porque os Estados Unidos desejam assim. Ainda mais com Cuba, "um país que tem identidade com a nossa realidade, com a nossa formação histórica e com a nossa cultura". Uma opinião semelhante carrega a deputada Bete Mendes (ex-PT) para quem não tem sentido esse distanciamento do Brasil em relação a um país latino-americano. Bete Mendes lembra que nós mantemos relações com todos os países do mundo, menos com Cuba. Ela disse que, quando lá esteve, em

1983, pôde constatar os benefícios que a revolução proporcionou aos cidadãos, ao erradicar o desemprego, dar escola e saúde gratuitas a todos. Na ocasião Fidel Castro expressou sua esperança de um dia o Brasil voltar a ter plena democracia e restabelecer relações diplomáticas com Cuba. "Acho que nessa questão de Cuba ser um perigo à segurança nacional — completa Bete — nem criança acredita mais".

Quando se tocou no tema de segurança nacional para o deputado negro, Abdias Nascimento (PDT-RJ), ele se exaltou a ponto de quase ficar agressivo. "Aqui no Brasil, depois de 1964, tudo passou a ser assunto de segurança nacional, qualquer bobagem é segurança nacional", vociferou o

deputado. Nascimento acha que o Brasil não possui nenhum motivo para continuar seu rompimento com Cuba. "O Brasil devia cortar relações era com a África do Sul", isto sim, é uma coisa agressiva ao sentimento do povo brasileiro, porque é um país genocida que tem o assassinato coletivo como uma política de Estado", desabafa. A partir daí, ele passa a se referir constantemente ao apartheid sul-africano. Abdias Nascimento toma Cuba como um perfeito exemplo de integração racial. Em uma viagem que fez àquele país, ele disse que viu os negros em uma verdadeira situação de igualdade, em relação aos brancos. O Brasil, então, teria muito a aprender com a ilha do Caribe neste sentido. (Adalberto Passos e Marina Maria Godol).

Cubano faz na UnB o elogio da Revolução

Se as informações fornecidas pelo assessor de Fidel Castro para assuntos econômicos e financeiros, José Luis Rodríguez, estiverem corretas, não há dúvida de que Cuba operou milagres, pelo menos no que se refere ao bem-estar material da população. Os educadores brasileiros poderão sentir inveja dos cubanos, pois, nada menos do que a elevada cifra de 45 por cento é a fatia do orçamento destinada à educação. (No Brasil, o ensino recebe uma cota de 4 por cento).

O resultado é que, em Cuba, o índice de analfabetismo baixou de 23 por cento, em 1959, para 1,9 por cento, atualmente. Segundo Rodríguez, a educação em seu país começou a tomar impulso entre 1961 a 1963, quando a indústria cresceu em torno de 16 por cento. Ao perceber que seria impossível continuar com um crescimento industrial tão acelerado, tendo uma enorme

parcela da população não alfabetizada, o governo revolucionário resolveu investir maciçamente na educação.

Um outro aspecto que chama atenção no desenvolvimento de Cuba é a saúde. Para cada grupo de 486 cubanos, existe um médico disponível e a taxa de mortalidade é de 5,9 por mil habitantes. José Luis Rodríguez resalta que antes da revolução, isto é, em 1959, havia um médico para cada grupo de 1067 habitantes.

Entre 1959 e 1983, a economia de Cuba cresceu a uma taxa média de 4,6 por cento ao ano. Em compensação, a dívida para com os países capitalistas está em torno de 3 bilhões e 500 milhões de dólares. Ao bloco socialista Cuba deve cerca de 8 bilhões de dólares. Esta parte da dívida, entretanto, pode ser paga com mercadorias e serviços a "preços justos", destaca Rodríguez. (Adalberto Passos)

Brasil leva programação da Nacional ao exterior

"Esta noite ouvi no rádio um programa em inglês descrevendo uma máquina de colheita desenhada pela Universidade de Campinas, no Brasil, capaz de colher semente do chão. Tal máquina teria aplicações extraordinárias para a agricultura mundial, sem falar de minha pequena fazenda de trigo e cevada, onde fenômenos de vento e pedra e gelo freqüentemente causam danos enormes" (Robert Huffomith da cidade de Driggs, Estados Unidos).

Diariamente, a redação de Programação Internacional da Rádio Nacional de Brasília recebe centenas de cartas como esta, vindas de diferentes partes do mundo. A preocupação dessas pessoas que vivem tão distantes do Brasil e que falam línguas tão diferentes, não é mera coincidência. Segundo Angela Maria Miranda, que atualmente gerencia o Departamento Internacional da emissora, faz dez anos que a rádio mantém uma programação mais detalhada e de maior conteúdo, voltada inteiramente para o ouvinte. Com programas em português, frances, alemão, inglês e espanhol, as ondas curtas da Nacional chegam a, praticamente, todos os países do mundo.

A cada dia da semana são abordados dois temas diferentes. Na segunda-feira, o esporte e a ecologia. Sobral Pinto, Jorge Amado, são algumas das personalidades brasileiras que obtiveram grande repercussão no exterior, devido ao espaço aberto na terça-feira para "personalidades brasileiras". Na quarta-feira, a "história do Brasil" e o "turismo" abordam o Brasil contemporâneo, que desperta o ouvinte para as belezas naturais que o País oferece. O nosso cotidiano e o "Brasil rural", são assuntos da quinta-feira. "O folclore brasileiro", que este mês é dedicado às festas juninas, e o "espaço cultural", tem seu lugar dentro da programação de todas as sextas-feiras. O sábado é dedicado ao assunto que mais teve repercussão durante a semana "o Destaque da Semana", e o domingo, ao público, respondendo cartas.

A curiosidade dos ouvintes com tudo o que se relaciona com o Brasil é muito grande. O conteúdo das cartas demonstra uma enorme diversificação de temas, abrangem assuntos que vão desde as técnicas de agricultura, política, até lendas do folclore brasileiro.

E notório que dentre este enorme volume de correspondência recebidas a grande maioria das questões se volta para os assuntos que envolvem os problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo.

Ideologia e interesse comercial estão presentes na programação, apesar da declaração em contrário de Angela Maria Miranda. Isto fica patente na forma como o Brasil é apresentado ao exterior, vendendo turismo, divulgando produtos e refletindo o posicionamento político do Governo. (Lia Brant)

O drama da pesquisa na UnB

Existem atualmente da Universidade de Brasília muitos esforços isolados para que se concretizem um programa de pesquisa científica. Só na Faculdade de Ciência e Tecnologia, que abrange os cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física e Nutrição, estão sendo desenvolvidos 84 trabalhos de professores e alunos. Em vários outros departamentos a situação é semelhante, embora, em muitos casos, o número de pesquisas seja bem menor.

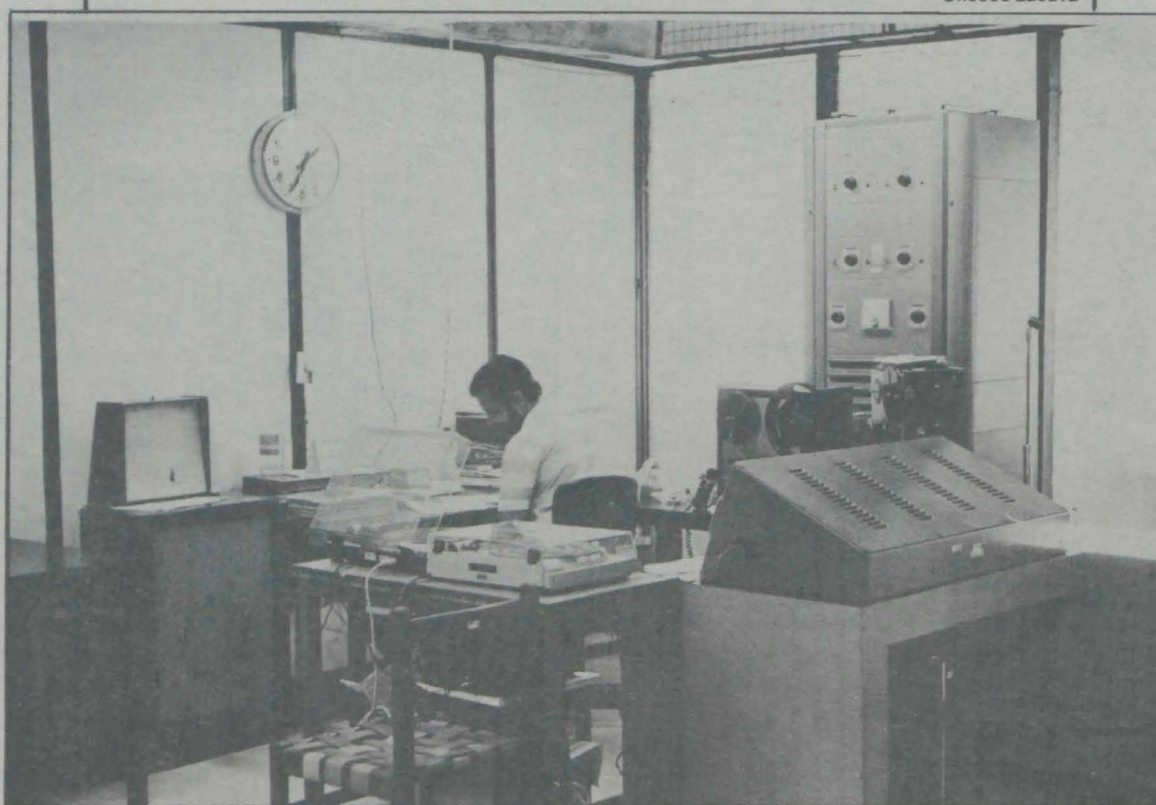
A verdade é que apesar de ser grande o número de pesquisas, a UnB praticamente não as apóia, seja no sentido financeiro, seja em sua própria elaboração. A estrutura organizacional da Universidade dificulta a produção de trabalhos científicos, por exigir muito do professor no que se refere ao cumprimento da carga horária destinada ao ensino. Este esquema não permite, por exemplo, que o professor utilize todo o seu tempo no desenvolvimento de uma pesquisa. Além de dar aulas, ele tem que resolver problemas de ordem administrativa, cumprir datas e prazos etc.

Outro problema é a falta de professores na UnB. Só para citar um caso, na Faculdade de Ciência e Saúde para mais de 1.500 alunos, existem apenas 140 professores efetivos. Muitos deles estão em licença, alguns viajam a serviço e outros cuidam apenas da administração dos departamentos, reduzindo ainda mais esse número e dificultando a realização de trabalhos científicos.

SALÁRIOS

O achatamento salarial sofrido pelos professores durante a gestão do ex-reitor José Carlos de Azevedo é outro fator que compromete decisivamente a realização de trabalhos experimentais na UnB, provocando, inclusive, o afastamento de profissionais altamente qualificados em determinadas áreas. Estes profissionais preferem buscar apoio para seus trabalhos em outros centros, tais como Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo. Segundo o Decano de Pesquisa e Pós-Graduação, professor Todorov, "ou o governo aumenta os salários dos professores da UnB, ou ela tornará inviável". O que ocorre hoje é a contratação de profissionais pouco especializados, para substituir aqueles pesquisadores que buscam em outras praças melhores condições de trabalho. A consequência imediata e inevitável dessas novas contratações é a queda do nível de ensino e da pesquisa.

Atualmente, as pesquisas desenvolvidas na UnB são financiadas por agências ex-



Ulisses Lacava

Estúdio de Rádio do Departamento de Comunicação. Equipamentos precários e ultrapassados são um exemplo das dificuldades de se pesquisar na UnB.

ternas, como: CNPq, FINEP, CAPES, EMBRAPA etc, que julgam a validade ou não dos trabalhos dos pesquisadores. Muitas vezes este julgamento demora meses, e quando o projeto é aprovado, a verba inicialmente pedida já não é suficiente sequer para começar o trabalho.

Entre os pesquisadores da UnB, existem duas correntes de opinião distintas: um grupo defende a viabilidade de se realizarem pesquisas no atual contexto, ou seja, mesmo com todas as dificuldades já citadas. O outro grupo sustenta ser necessária uma reforma total nas regras de execução de trabalhos científicos, com maior apoio da própria

Administração Central da Universidade. A reportagem do Campus esteve com alguns professores da UnB, que mostram vários pontos de discordância em suas posições. O professor João Batista P. Cabral, do Departamento de História, pode ser enquadrado no primeiro grupo, por acreditar ser possível realizar pesquisas no atual contexto. Já o professor Josimar Mata de Farias França, do Departamento de Medicina Geral e Comunitária, sustenta ser inviável pesquisar nos atuais moldes, enquadrando-se, por isso, no segundo grupo.

PRÓS E CONTRAS

Para o professor Cabral, embora o Brasil seja um País pobre, ele é bastante generoso para com os pesquisadores, haja vista que existem órgãos e verbas específicos para o desenvolvimento da área. "O que é preciso é aproveitar melhor os recursos disponíveis". O professor Josimar acredita que a UnB poderia incentivar mais os pesquisadores, dando-lhes maior apoio financeiro. Hoje, a Universidade serve apenas como aval para aqueles que requerem financiamento junto às agências externas. "A UnB não tem tradição de realizar pesquisas, ao contrário do que acontece com outras universidades brasileiras, como a Unicamp, onde o trabalho científico é priorizado", diz o professor Josimar. Para ele, é necessário haver uma reformulação em toda a estrutura que diz respeito à pesquisa científica. Essa posição é con-

testada pelo professor Cabral: "O importante é atingir a um estágio de desenvolvimento e maturidade, independente de mudanças estruturais, a fim de que seja formada uma escolha de pensamento que predominará em cada área de estudo da Universidade brasileira".

A falta de divulgação dos trabalhos é outro problema levantado pelo professor Josimar. Segundo ele, na maior parte das vezes "o professor realiza a pesquisa e o restante da comunidade científica da própria UnB não toma conhecimento dela, porque não a vê publicada. Isso, além de provocar, em muitos casos, a repetição de trabalhos, difi-

culta a avaliação dos mesmos". Nesse ponto, o professor Cabral concorda com o professor Josimar: "Na medida em que os trabalhos forem sendo publicados, o profissional vai ser valorizado e seu trabalho reconhecido em todo o País e no resto do mundo".

EDITORIA

Nesse contexto, é vital o papel da Editora Universidade de Brasília, que hoje passa por uma reestruturação total. Ao invés de publicar apenas trabalhos não diretamente ligados à produção científica da UnB, a editora, esperam os pesquisadores, deve voltar-se mais para a realidade local, priorizando edições de trabalhos científicos aqui realizados.

Uma das armas básicas para o início, desenvolvimento e finalização de uma pesquisa é a existência de livros que sirvam aos pesquisadores. No caso da UnB, a Biblioteca Central cumpre satisfatoriamente esse papel. Segundo o professor João Batista Cabral, "se comparada às demais bibliotecas do País, a nossa é uma das melhores". Este, aliás, também é o pensamento do professor Josimar França, para quem a biblioteca "atende muito bem aos interesses dos pesquisadores". Os dois professores, no entanto, acham que o acervo poderia ser ampliado e melhorado, através da aquisição de um maior número de exemplares de cada publicação, para que sejam atendidos mais estudiosos, ao mesmo tempo.

Outro fator essencial para o desenvolvimento das pesquisas é a existência de laboratórios equipados com material moderno e farto. Na UnB, isso não ocorre, pois quando os equipamentos não são obsoletos, não há técnicos especializados para operá-los. No próprio Departamento de Comunicação existem vários exemplos disso: os estúdios de rádio e televisão são precários, possuem equipamentos ultrapassados e sem reposição de peças e manutenção. O laboratório de publicidade também só funciona graças ao esforço pessoal de professores e alunos. A única experiência que funciona, ainda que com muitas dificuldades, é o jornal laboratório Campus.

Sugestões para modificar este trágico quadro na pesquisa acadêmica não faltam. Professores e alunos, auxiliares técnicos e funcionários, todos estão dispostos a participar de um amplo debate em torno da questão, para que seja possível concretizar uma política de pesquisa na UnB. O que se espera é que os novos administradores da Universidade estejam sensíveis a este problema e modifiquem radicalmente, e a curto prazo, a realidade em que se encontra a pesquisa na Universidade de Brasília. (Joyce Russi, Carlos Augusto de A. Dutra, Afonso Cozzolino).



Nicolau El-Moor

"O país é pobre mas generoso para pesquisar"

Prof. Cabral, Dep. de História



Nicolau El-Moor

"Pesquisar é inviável"

Professor Josimar Mata, do Departamento de Medicina